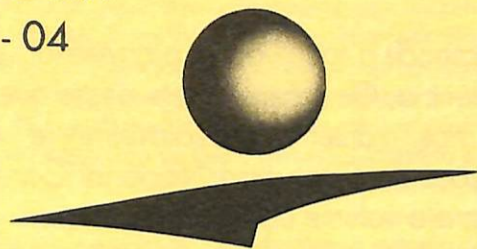




CONSELHO
REGIONAL DE
PSICOLOGIA
CRP - 04



G E S T Ã O
PSICODIVERSIDADE

í o r n a l d o
P S I C Ó L O G O

BELO HORIZONTE, ANO 12 • Nº 49
FEVEREIRO / MARÇO 1995

■ **Entrevista** - O diretor da Faculdade de Educação da UFMG, Nedson Rodrigues, traça uma breve análise dos caminhos e descaminhos do ensino no Brasil. Página 3.



■ **Revista** convida a um mergulho em "Terra de Sombras", com Jacyntho Lins Brandão. Página 7.



■ **Idéias** traz uma abordagem do tempo na Psicanálise, por Jésus Santiago. Página 9



■ **Diversidade** - Lei de extinção dos manicômios é finalmente aprovada em Minas. Página 11.

■ O **MAL** é o tema deste suplemento, em texto de João Batista Libânio.



Sinal verde para mudanças

95 começou a todo vapor, prometendo ser um ano de ação por excelência. Os próximos seis meses que nos restam à frente do CRP nos mantém irremediavelmente implicados com as deliberações do Congresso Nacional Constituinte. O tempo é pouco para o volume de trabalho.

Em seu encontro de março, o Fórum de Entidades procurou definir um cronograma que garanta a votação do anteprojeto da lei de regulamentação do exercício profissional (4.119). Ele deverá ser votado em reunião nacional entre 10 e 12 de agosto, a tempo de viabilizar os devidos encaminhamentos junto ao Congresso Nacional. Para que isto ocorra, estaremos discutindo as mudanças na legislação até o dia 20 de julho. É de fundamental importância a participação de todos, para que tenhamos uma lei que espelhe a realidade do psicólogo brasileiro neste final de milênio.

Ao lado disto, estaremos também trabalhando com a lei que cria os Conselhos (5.766) para que ambas possam coincidir no envio à Câmara e Senado Nacional. As mudanças profundas que têm sido propostas são de fundamental importância para nossa organização política e profissional e exigem que cada um de nós opine e se responsabilize pelo produto deste trabalho.

Já as questões relativas à ética e à formação profissional dispõem de mais tempo para serem pensadas, devido ao fato de não dependerem de projeto de lei. Além disso, a complexidade dos temas certamente exigirão prazos mais dilatados. No Congresso Nacional Constituinte foram retirados princípios que nortearam eventos e discussões regionais até novembro de 95, preparando o Encontro Nacional que se dará entre 28 e 30 de março de 1996. Neste momento em que nos posicionamos frente à medida provisória que institui o exame de qualificação, é de suma importância ouvirmos o corpo docente e discente de nossas faculdades, buscando uma convergência entre teoria e prática que dê aos psicólogos um solo firme e com credibilidade em seu exercício profissional.

Vale lembrar que sendo este um ano eleitoral, só nos será possível levar a cabo projetos tão arrojados se tivermos uma participação maciça dos 11.000 psicólogos da 4ª Região.

Neste momento crucial, sua presença é essencial! Participe!

7º Plenário - Gestão Psicodiversidade

"Participar do Conselho de Psicologia?" Ao contrário do que muita gente imagina, isso pode ser muito estimulante. No atual estágio em que se encontra nosso país - quando um grande número de entidades e organizações, governamentais ou não, batalham para "passar o Brasil a limpo", sem desanimar com o volume de sujeira encontrado debaixo dos tapetes, e amplos setores da sociedade brasileira lutam pela conquista de novos espaços de cidadania, cobrando as responsabilidades de cada um nos processos sociais - os Conselhos profissionais têm o seu papel orientador e fiscalizador revigorado e ampliado, o que permite o desenvolvimento de ações importantes tanto para o profissional inscrito como para a sociedade em geral. Portanto, os que se interessarem em atuar neste nível fiquem atentos: está-se aproximando o processo sucessório do CRP-04. A gestão atual deverá convocar Assembléia Geral até o dia 27 de maio e os pedidos de inscrição de chapas serão recebidos no período entre a publicação do edital e o dia 13 de julho. Até o dia 28 de julho circulará um segundo edital, com as chapas inscritas e aprovadas, além de outras informações a respeito da eleição. O pleito deverá ocorrer no dia 28 de agosto. Participe. Sintonize-se com um movimento maior: o de um país que reaprende a utilizar os seus instrumentos de democracia.

A cobrança das anuidades de 1995 - prejudicada pela má condução do serviço do Banco do Brasil contratado para tal fim - está em vias de ser normalizada. Lamentavelmente o atraso no envio das guias de pagamento causou grandes transtornos tanto para os psicólogos quanto para o Conselho, que procurou tomar todas as medidas ao seu alcance no sentido de evitar maiores danos para os inscritos. Assim, o CRP-04 publicou nota oficial no jornal "Estado de Minas" de 5 de fevereiro, informando que havia estendido o prazo de pagamento sem acréscimo até o dia 10 de fevereiro, com o compromisso do Banco do Brasil de informar todas as suas agências sobre a prorrogação. Como até o dia 10 ainda havia inscritos recebendo sua guia, o CRP-04 decidiu estender mais uma vez o prazo, até o dia 17 de fevereiro.

Evidentemente que o problema só poderia ser amenizado, o que se procurou fazer, e a questão foi encaminhada da forma menos prejudicial possível para todos. No dia 17 de fevereiro, na tentativa de agilizar a cobrança da segunda parcela, que fatalmente chegaria atrasada se ficasse por conta do Banco do Brasil, o CRP-04 enviou as guias de pagamento da segunda e terceira parcelas (com datas de vencimento nos dias 28 de fevereiro e 31 de março respectivamente) para aqueles que já haviam efetuado o pagamento da primeira. Lembramos que aqueles que não pagaram a anuidade através da guia (por depósito bancário ou outras formas) devem enviar ao CRP-04 o comprovante de pagamento, para que seu nome deixe de constar da listagem de débitos do Conselho. Esclarecemos que o acordo com o Banco do Brasil foi celebrado a nível nacional, com todos os Regionais, e que a assessoria jurídica do CRP-04 está estudando a possibilidade de uma ação judicial para ressarcimento de todos os danos causados. Mais uma vez lamentamos e pedimos sua compreensão diante de tamanho transtorno.



FILIGRANAS

BASTIDORES DO JP

BOMBA NUNCA MAIS

O objetivo desta coluna sempre foi o de fazer um comentário ou um pequeno mapeamento do que o leitor irá encontrar em cada número do jornal, além de informar sobre seus aspectos de edição e produção. Daí o nome de "Bastidores do JP".

Infelizmente, para além dos aspectos do nosso jornal, existe hoje algo extremamente grave acontecendo em outros "bastidores" e que já supúnhamos superado: a explosão das bombas em Belo Horizonte. No momento em que esta coluna está sendo feita, já se tem notícia de sete artefatos que explodiram em diversos locais da cidade, o que tem deixado a todos nós indignados e apreensivos.

A que vem esta ameaça? Qual o seu objetivo? A quem interessa? Curiosamente, algumas bombas foram colocadas em locais onde funcionam entidades de classe que sempre se pautaram pela defesa da

cidadania e da democracia (Sindicato dos Jornalistas e OAB). Outras visaram a imprensa (jornal Estado de Minas), as artes (Cine Nazaré) e a própria justiça (Fórum Milton Campos). Parece existir uma conexão intimidatória entre os atentados, mas que conexão será esta? Cabe às autoridades dar as respostas às nossas indagações.

Nós, do CRP-04, nos sentimos triplamente atingidos por tais atos terroristas - enquanto cidadãos, enquanto membros de uma entidade de classe e enquanto editores de um jornal - e nos juntamos a todos que exigem o maior vigor e rapidez nas investigações para apurar os atentados e seus verdadeiros responsáveis. Bomba? Nunca mais!!!

Ricardo F. Moretzsohn
Coordenador da Câmara de Comunicação Social

■ Parece que abrimos o ano com um amplo debate em torno da Educação em nosso país, com o novo governo prometendo dar prioridade à área. Em linhas gerais, quais deveriam ser as principais ações do governo para dar início à recuperação do sistema educacional brasileiro?

● Fazendo uma avaliação histórica, nota-se que o sistema educacional do país tem estado em contínua progressão e desenvolvimento do ponto de vista da oferta. Até a década de 60 as escolas públicas do Brasil praticamente recebiam alunos oriundos inclusive das elites. A partir da década de 60 há uma expansão significativa da Educação básica e do ensino de segundo grau, inclusive do ensino superior. É óbvio que esta expansão foi feita com muitas distorções. Ela foi feita sem critério especialmente no ensino superior. Mas ao menos hoje nós temos uma rede instalada sobre a qual podemos trabalhar, buscando a melhoria da qualidade de ensino. A questão é qual o nível de ensino oferecido por essas escolas. Temos hoje sérios problemas de desqualificação do corpo docente. Contando ainda que as escolas não têm uma infra-estrutura adequada, percebe-se que a situação do ensino carece realmente de condições mínimas de qualidade a fim de que possamos nos apresentar diante do mundo como um país que resolveu a questão da Educação fundamental. Não resolvemos. Este é um problema grave e que não deve ser reduzido a uma questão de custos. O ensino fundamental é uma exigência de cidadania e não há a possibilidade do indivíduo circular no mundo moderno hoje se mantendo afastado de seus instrumentos básicos.

Com tantas polêmicas levantadas em torno da Educação logo nos primeiros meses do novo governo, o JP decidiu abrir as entrevistas do ano enfocando o tema. Para isso, contactamos alguém com larga militância na área - o professor Nedson Rodrigues, doutor em Educação pela PUC-SP e pós-doutorado em Filosofia na Universidade de Londres, atualmente dirigindo a Faculdade de Educação da UFMG, onde é professor titular, além de presidir a ANPED - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. Convidamos o leitor a nos seguir nesta conversa.

a informação mais avançada da ciência, desenvolvem praticamente nenhuma pesquisa, não há política de formação e qualificação docente. Aproveitam-se as pessoas disponíveis numa determinada comunidade, aquelas consideradas melhor habilitadas. Temos muitas instituições que dão título de ensino superior, e não dão nenhuma formação superior. Por exemplo, conheço instituições em que há um enorme grupo de professores que foram alunos dois ou três anos atrás dessa mesma instituição. Isto não é formação superior. Não passa de um aperfeiçoamento colegial. Esperar que essas instituições forneçam um ensino de qualidade é um excesso. Nesse sentido, não apenas as associações profissionais devem estar atentas a isso, como também a sociedade e o governo deveriam estar.

■ Recentemente o governo extinguiu o CFE - Conselho Federal de Educação, acusado de várias irregularidades - e falou-se em criar outra entidade para substituí-lo, de forma a evitar possíveis desmandos. Em sua opinião, isso poderá de fato trazer mudanças efetivas na gestão da Educação no país?

● Vou ser bastante radical. Se não resolver o problema, a simples extinção do CFE que existia já é um avanço. Porque na verdade o CFE havia se transformado num lobby de instituições privadas, haviam transformado a Educação em um mercado. E as pessoas perguntavam em primeiro lugar o seguinte: que escola colocada nesta região vai dar mais lucro. Este era o critério. E na verdade o CFE estabelecia algumas exigências regulares sim...mas eram puramente formais, as pessoas tinham que demonstrar isso no papel. Inclusive havia escritórios especializados em

formular projetos junto ao CFE e o CFE sabia disso, porque muitas denúncias correm há anos, conheço denúncias ainda do início da década de 70 e nunca se apurou coisa nenhuma. O CFE era capaz de criar mais problemas para uma Universidade que estava desenvolvendo um trabalho sério do que para as instituições isoladas. Então o CFE tinha que ser extinto mesmo. E a luta pela formação de um outro tipo de Conselho, com outra configuração, outros papéis, se tornou uma necessidade urgente. Espero que o órgão que surgir seja capaz de cooperar com a melhoria da Educação brasileira.



■ Minas Gerais tem sido considerado um Estado que está à frente em termos de Educação básica. Esta projeção corresponde à realidade?

● Conheço razoavelmente bem o sistema educacional fundamental no Brasil. Podemos dizer que em algumas coisas o Estado de Minas realmente apresenta um avanço frente aos outros. É histórico o melhor desenvolvimento da Educação em Minas em relação ao resto do país. Algumas idéias que atualmente estão difundidas no Brasil todo e que se tornam senso comum em todo o país tiveram o seu início ou afirmação maior em Minas, como a eleição direta para diretor e a eliminação da interferência política no cotidiano da escola. Na última gestão da Secretaria Estadual de Educação foi feita uma avaliação do ensino na rede pública e iniciativas foram tomadas para resolver os problemas, como o aperfeiçoamento dos professores, inclusive com a colaboração da UFMG. Iniciativas como esta têm permitido realmente elevar o nível da qualidade do ensino em Minas, mas ainda são pequenas frente à grandeza dos problemas.

■ Foi criada recentemente a Universidade Estadual de Minas Gerais, reunindo diversas escolas isoladas do Estado. Como o Sr. vê o nascimento desta Universidade, levando-se em conta toda essa tradição do Estado em termos de Educação?

● Aí existem problemas mais difíceis de serem analisados. Deve-se criar uma Universidade Estadual em Minas? Uma Universidade não é apenas um conjunto de escolas. Uma Universidade estabelece uma determinada política uniforme de formação de pessoal, de atividades de extensão, de pesquisas, assim por diante. Então o que se coloca é: o Estado está disposto a arcar com os custos de uma Universidade? Deve-se levar em conta que isso não custa pouco dinheiro. Uma Universidade significa, em primeiro lugar, um gasto com a auto-gestão, além do gasto com atividades de pesquisa, caso contrário não terá sentido. Para isso ela terá que qualificar o seu corpo docente, e há de se desenvolver atividades de extensão, que significa colocar a Universidade ao lado da comunidade. No momento o que se tem são embriões de Universidade. É uma iniciativa que me parece positiva, mas que vai exigir das forças políticas, lideranças empresariais e elites econômicas mineiras um enorme esforço para fazer que a UEMG não seja apenas um arremedo de Universidade. Para que dentro de 20 a 30 anos ela se afirme como um novo centro de pesquisa, produção e difusão do conhecimento, porque em Minas cabem, sim, outras Universidades.

■ O CRP, ao lado de outros Conselhos de regulamentação profissional, luta pela não abertura de novos cursos superiores até que os existentes sejam avaliados. Como o Sr. vê a questão da abertura de escolas isoladas?

● Desde a reforma do ensino de 1968 curiosamente aconteceu um fenômeno que contrariou o espírito da lei, que dizia que a expansão do ensino superior se daria através das Universidades, e não das instituições isoladas. A Universidade através das Universidades, e não das instituições isoladas. A Universidade congrega, a instituição isolada desagrega. Na instituição isolada, 10 ou 20 professores são suficientes para implantar um curso, e ao mesmo tempo eles não têm dedicação exclusiva ao trabalho, fazem do trabalho um bico, não têm nenhum vínculo acadêmico. Esses professores lá numa instituição isolada de uma cidade do interior têm muito pouco contato com a dinâmica acadêmica, científica, com

■ A Portaria do Ministério da Educação de no. 1.670-A, de 30.11.94, dá ampla liberdade aos estabelecimentos isolados de ensino superior para alterar os seus currículos plenos, inclusive sem necessidade de aprovação pelo governo. Quais as possíveis consequências desta decisão?

● Do ponto de vista da instituição isolada, frente a este quadro que acabo de traçar, podemos perceber a dimensão trágica. Porque de agora em diante uma instituição isolada que trata a Educação como mercado vai fazer a reformulação apenas para atender às necessidades financeiras da instituição, e não às necessidades acadêmicas. Acho que as instituições isoladas têm que ter algum tipo de controle externo. Não se pode deixar ao arbítrio de um gerente de uma escola dessas a organização e a reformulação curricular - porque é isso que vai acontecer. Essas instituições, mesmo se têm algum tipo de colegiado, este é formado por amigos do rei. Isto é, por pessoas que respondem "sim" às exigências do proprietário da empresa, e isso independentemente do maior problema: não ter competência técnica, formação acadêmica capaz de fazer a discussão adequada e verificar se esse currículo responde às exigências da formação profissional. Nesse sentido, a Portaria é extremamente perigosa.

Já com relação às Universidades, quando uma instituição consegue o estatuto de Universidade, essa instituição deve ter autonomia para organização do seu plano curricular, inclusive do currículo mais adequado à formação de seus profissionais. Mesmo porque achamos que há que se estabelecer critérios mais rígidos para a formação de Universidades.

■ Outra questão levantada pelo Ministério foi a das formas de ingresso na Universidade. Qual a sua opinião sobre a proposta de se extinguir o vestibular?

● Acho que o Brasil está em outro plano de discussão. O que se discute hoje é a autonomia da Universidade. E uma das coisas fundamentais para esta autonomia é ela própria estabelecer os critérios de seleção de seus alunos.

Quanto à proposta do fim do vestibular, tenho a impressão que o ministro falou isso de maneira muito apressada, acho que ele lançou uma idéia que não estava amadurecida para a realidade brasileira. Acho que a idéia é interessante para ser pensada e discutida, para ser dimensionada: como poderíamos instituir um sistema de avaliação que pudesse garantir um determinado padrão de qualidade na Educação brasileira? Acho que é uma coisa que deve ser feita. Mas precisamos avaliar isso com muito cuidado.

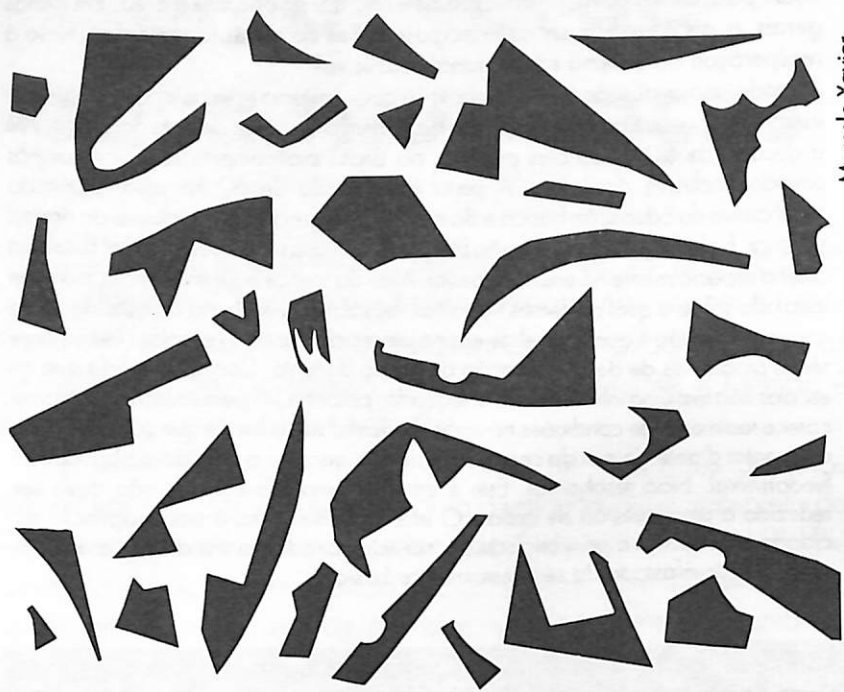
■ E quanto à idéia de se instituir um exame para o recém-formado, o que supostamente serviria para avaliar as escolas de nível superior?

Aqui no Brasil existe uma mania de o dirigente achar que é o primeiro Adão. O mundo vai começar com ele. A busca de avaliação do sistema educacional e inclusive do sistema de nível superior não começou agora. A UFMG está há mais de um ano estabelecendo critérios de avaliação dos seus próprios cursos. Está, inclusive, na segunda fase dessa avaliação. Portanto, essa discussão é mais antiga. Há momentos diferenciados do ponto de vista político. Houve um determinado momento em que se quis estabelecer uma avaliação desse tipo da Universidade e nós tínhamos muito receio, porque era momento do autoritarismo e a avaliação sempre foi interpretada como uma tentativa de intervenção no interior da

Universidade. Nós lutamos contra. Mas desde o momento em que não víamos mais processos autoritários, não tínhamos nenhum receio de executar uma avaliação da Universidade. O que nós talvez colocamos em dúvida é se pode haver um órgão burocrático para realizar esta avaliação. Acho que hoje a Universidade está fazendo uma auto-avaliação e ela será muito rigorosa. Ela poderá ser um ponto de partida para discutirmos uma forma de avaliação nacional do sistema educacional brasileiro.

O que às vezes nos assusta muito é que chega um dirigente num determinado momento e começa a dizer "a Universidade não presta, é incompetente", e ninguém sabe baseado em quê, e anuncia que a Universidade "gasta muito e portanto devemos avaliá-la". Baseado em quê esse cidadão vai propor esta avaliação? Se vamos fazer uma avaliação ela tem que ser séria, bem estruturada, com participação coletiva, porque nós da Universidade estamos todos muito interessados em saber o que nós realmente estamos fazendo, a importância social dessa produção. Mas não pode ser simplesmente esse tipo de avaliação que se fala muito por aí: relação nº professor/aluno, nº de funcionários, quanto se gasta, porque essas coisas têm sentido dependendo do que você está querendo avaliar. Quando eu tenho uma Universidade com um Hospital das Clínicas atendendo uma enorme parcela da população carente, que atende através de seus cursos de Licenciatura, como no caso da FAE, a cerca de 4000 professores da rede pública de ensino por ano, que atende demandas sociais através dos seus estagiários em todos os campos do conhecimento e inclusive presta serviço para o próprio governo, nós não podemos restringir a avaliação na relação do número de professor/aluno, porque estaríamos distorcendo absolutamente o que a Universidade faz. Agora, que precisa ser feito, precisa. Há muito gasto inútil na Universidade e em todos os órgãos do governo. E tenho até me perguntado porque o governo está sempre preocupado com a avaliação da Universidade. Não vi nenhuma proposta de avaliação do Exército, da Aeronáutica, nunca vi nenhuma pesquisa para saber se o gasto do Congresso Nacional é adequado, se na Justiça o número de pessoal está adequado às exigências, então ... vamos fazer uma avaliação global deste país! Por que essa mania de achar que só a Universidade deve ser avaliada? Ai, sim, a gente desconfia que há objetivos obscuros por detrás dessa insistência em achar que a Universidade é a grande vilã do desperdício público neste país.

- Com o desenvolvimento do Mercosul, provavelmente será necessária a uniformização dos currículos dos cursos superiores. Como o meio universitário vê a questão e o que deve ser feito em relação a ela?
- Não sei se há necessidade de uniformização de currículos porque a ciência ensinada no Brasil é a mesma na Argentina, não há uma "física nacional", uma "medicina nacional", mas enfim, o Mercosul vai facilitar a intercambiação de informações. Neste sentido o Mercosul não traz muitas novidades, porque esse intercâmbio entre as Universidades mundiais já era feito. Já existe uma experiência de cooperação com países da América Latina, e através da modernização tecnológica, Rede Internet e Reduc (Rede Latino-Americana de Informação), nosso contato num plano mundial já é muito grande. Além do mais, o Mercosul está muito preocupado com as trocas econômicas. Ainda pouco com as trocas culturais. E estas estão se fazendo através de outros tipos de acordo. Talvez incrementalmente um pouco e estabeleça a eliminação de barreiras profissionais de país para país, como está encaminhado na Europa. Mas nós ainda estamos no começo, e um reconhecimento profissional de país para país ainda vai demorar algum tempo. Mas é uma questão que teremos que pensar.
- O Ministério da Educação anunciou, como uma de suas primeiras medidas, a suspensão da construção de mais CIACs. Qual a sua opinião em relação a esta decisão?
- Aqui no Brasil precisamos de esforços e iniciativas para a melhoria do sistema nacional de ensino e não para a criação de logus privilegiados. De locais ou de grupos experimentais. Ciac me parece até uma boa idéia. Mas ele pode ser universalizado neste país? Ou vão existir sempre somente alguns Ciacs? Por outro lado, é conveniente que uma criança fique das 7 da manhã às 6 da tarde no interior da escola? Na Europa você não vê isso. Tem escola em dois períodos, inclusive com um plano bastante ameno. Sempre tenho receio dessas políticas que tentam confinar a criança num ambiente fechado. Porque são sempre políticas de suprimento de necessidades. Por isso o Ciac é sempre identificado como escola para pobres e no Rio muitas crianças não queriam ser do "Ciep" por ser identificada como uma criança do morro, marginal. Acho que isso precisa ser muito avaliado.
- O discurso da "qualidade total" vem ganhando espaço em empresas, entidades e agora tem-se também falado em "qualidade total no ensino". O que isto significa realmente?
- Desconheço em maior profundidade essa discussão. O que conheço e poderia dizer me leva a desconfiar que esse discurso da política da qualidade total vale muito pouco para o sistema de ensino. Não sei como esse critério, que é próprio para uma empresa produtora de bens, pode ser aplicado no interior da Universidade. Um exemplo: se um carro foi fabricado até o momento de colocar o motor e a fábrica não tem mais condições de colocá-lo, o carro não vale nada. Mas se alguém frequentou durante anos a Universidade e a abandona, isso não adiantou nada para ele? Significa "perda total"? Como vamos avaliar que isso significa simplesmente perda? Um livro que está na biblioteca sem ser consultado há dez anos deve ser jogado fora? Quer dizer, a lógica do que acontece no campo da ciência e da cultura não é a lógica do que acontece no campo da produção econômica. Colocá-los no mesmo plano é muito difícil. Por isso acho que essa coisa da qualidade total merece considerações muito severas quando se pensa em aplicar a sua lógica, que é uma lógica empresarial, no campo da Educação.



Marcelo Xavier

SAÚDE

Através de sua Câmara dos Psicólogos da Saúde, o CRP-04 promoverá três seminários neste semestre, marcados para 19 de maio, 23 de junho e 7 de julho. Em pauta, os seguintes temas - toxicomania, feminilidade e morte. Maiores informações no CRP.

Psicologia hospitalar ganha terreno

Os psicólogos que atuam na área de Psicologia Hospitalar têm um bom motivo para crer que seu trabalho começa a ser reconhecido - pela primeira vez, um Congresso de Medicina em Minas Gerais terá uma Jornada de Psicologia.

Trata-se do VI Congresso Mineiro de Cardiologia, que será realizado de 29 de junho a 1º de julho deste ano, no Minascentro, em Belo Horizonte, como parte das comemorações do cinquentenário da Sociedade Mineira de Cardiologia.

O evento presidido pelo Dr. Marcos Vinícius B. Malachias oferecerá, além da Jornada em Psicologia, espaço para as áreas de Enfermagem, Nutrição e Fisioterapia, buscando a integração multiprofissional, em uma contribuição pioneira da área médica nesse sentido.

A Jornada de Psicologia terá conferências e mesas-redondas e está sob a coordenação geral da psicóloga Marisa Decat de Moura, que tem vasta experiência no tema em questão.

Quem desejar apresentar temas-livres deve enviar o material até o dia 15 de abril. Maiores informações sobre inscrições e apresentação de trabalhos com a Secretaria Executiva do Congresso, pelos telefones (031) 273.1121 e 273.1128 e fax (031) 273.4770.

Psicologia Hospitalar 96

Mais uma boa notícia para os psicólogos que trabalham em hospitais - Belo Horizonte irá sediar, de 1º a 5 de maio de 1996, o III Congresso Brasileiro de Psicologia Hospitalar.

Além de um encontro de difusão científica, o Congresso será um espaço de trocas entre os profissionais, reunindo psicólogos de várias cidades do país e permitindo que se tenha um perfil da área.

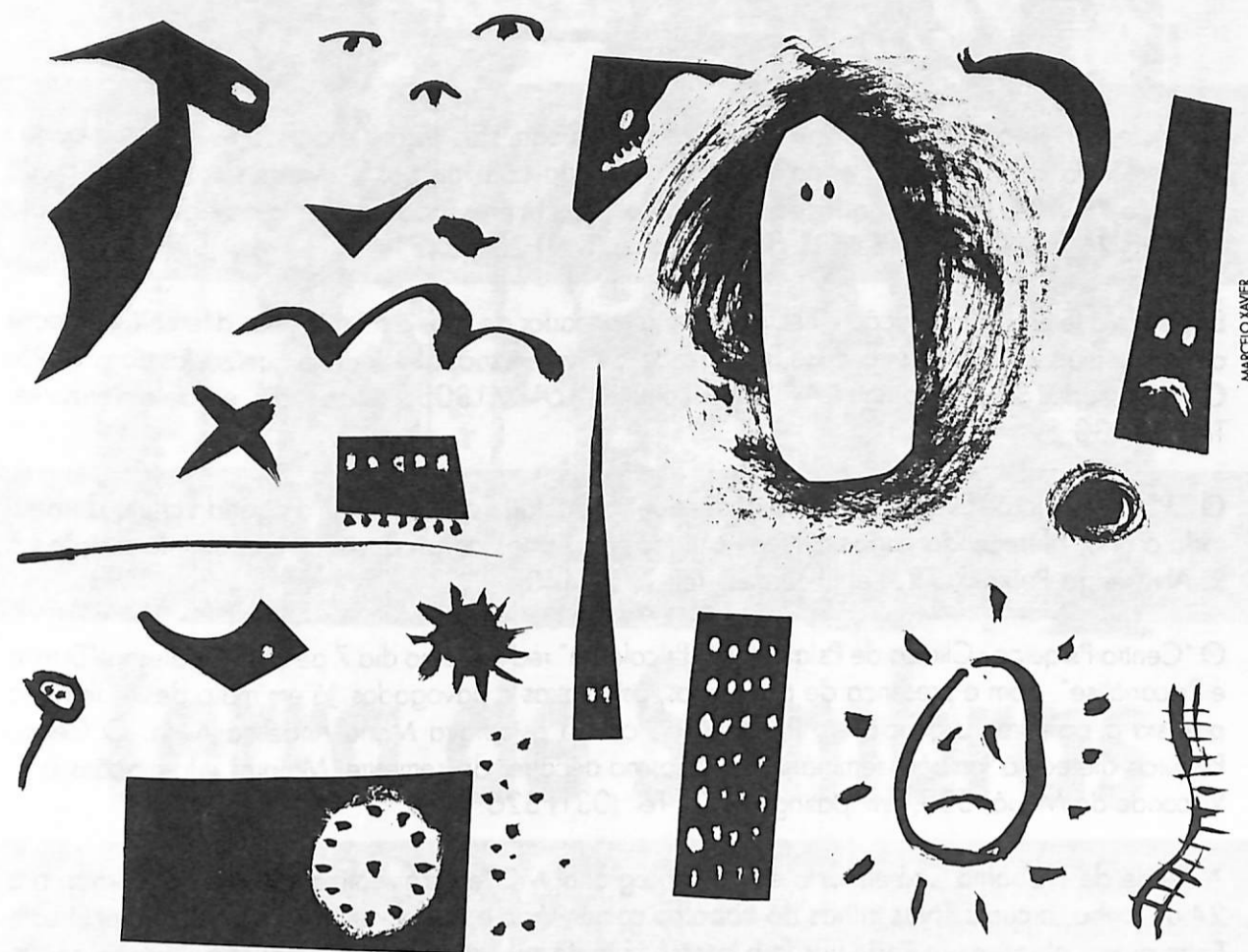
Assim haverá, além de palestras e mesas-redondas, apresentação de temas-livres. Os interessados em apresentá-los devem entrar em contato com o CRP-04 até o final de abril, escrevendo ou procurando a psicóloga Elvira Lídia de Oliveira. A organização do Congresso gostaria de ouvir sugestões a respeito de quais os temas que você, psicólogo, quer que sejam abordados durante o evento. Escreva para o CRP-04 e dê a sua contribuição.

PLENÁRIA

Foi realizado nos dias 10 e 11 de março, em BH, um encontro da Plenária do CRP-04 com todos os seus representantes e articuladores no interior de Minas e no Espírito Santo. Entre os vários temas discutidos, foram priorizados os desdobramentos do Congresso Nacional Constituinte da Psicologia, realizado em agosto último. Participaram também os delegados da 4ª Região no referido Congresso.

UNIVERSIDADE

Neste número, o JP traz o resumo da dissertação de mestrado da psicóloga e pedagoga Maria Cristina Feller Guimarães, apresentado no curso de Mestrado em Psicologia da Fafich/UFMG com o título "Interesses Infantis por Atividades na Escola e em Casa: Uma Contribuição ao Trabalho de Antipoff". Contatos com a autora podem ser feitos pelo telefone 448.5021, no Departamento de Psicologia da Fafich, onde Maria Cristina leciona. O CRP dispõe de um exemplar da tese para consultas.



MARCELO XAVIER

"A educação ativa exige não que as crianças façam tudo o que queiram: ela exige que elas queiram tudo o que façam..."
Claparède

Interesses infantis por atividades na escola e em casa: uma contribuição ao trabalho de Antipoff

Este trabalho integra programa de pesquisa iniciado por CAMPOS (1990) que replica estudos feitos por Antipoff, em Belo Horizonte, entre 1930 e 1940, sobre ideais e interesses infantis.

Escolheu-se parte do inventário original elaborado por Antipoff acerca dos interesses infantis por atividades escolares e domésticas.

A amostra constou de 95 crianças de 4ª série do 1º grau, pertencentes a quatro escolas de diferentes contextos sócio-econômicos de Belo Horizonte. As crianças foram submetidas a dois questionários: o de Antipoff e outro proposto nesta pesquisa e a entrevistas com sub-grupos de meninos e meninas. Foram feitas consultas às professoras das crianças e diretoras das referidas escolas.

O inquérito formulado por Antipoff na década de 30 é objetivo e direto. Ao perguntar às crianças sobre seus trabalhos preferidos na escola e em casa, elas escolheram, principalmente, as atividades que a escola lhes oferece ou aquelas que a família lhes solicita.

O outro questionário sugerido na pesquisa, mais abrangente que o anterior, investiga o cotidiano escolar e doméstico da criança e o seu ideal de escola. Sugere-se que toda a gama de atividades pelas quais a criança perpassa no seu dia-a-dia escolar possa ser avaliada, desde aquelas atividades impostas ou

sugeridas pela escola ou pela família, como também as demais atividades que a própria criança busca espontaneamente, como as suas conversas e brincadeiras.

Desta maneira, as atividades preferidas pelas crianças se mostraram não apenas dependentes da metodologia do ensino que lhes é ministrado, mas também proveniente de um universo de interesses e predileções aos quais a escola se mostra às vezes distante e, mesmo, alheia. Foram explorados, além do território da sala de aula, outros que podem ter influência sobre o direcionamento da ação e do desejo da criança. Talvez um dos aspectos investigados de grande relevância tenha sido a própria representação que a escola tem de seu aluno, de suas origens e de seu potencial e, mais ainda, de como estes aspectos se interligam.

A criança que diz gostar de algo e preferir uma outra coisa está afirmando, além das influências biológico-maturacionais de suas necessidades, as influências de um contexto mediato e imediato representado pelas interações sociais que lhe dão a matéria prima de construção de suas representações sociais e, a partir deste amplo e complexo universo, expressam as suas preferências e os seus interesses.

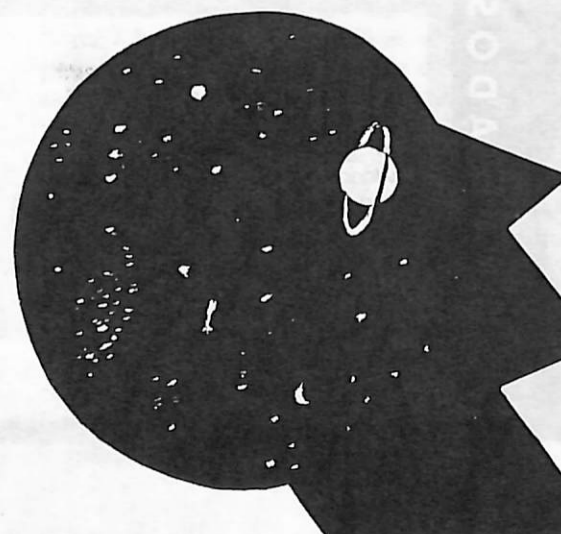
Esta pesquisa conduziu a um número expressivo de dados, analisados segundo as variáveis gênero

e nível socio-econômico. Para este texto, selecionou-se o que se segue:

- Há evidências de que o sucesso ou o fracasso escolar e as relações mais ou menos satisfatórias entre família e escola podem ser produzidas por diferentes concepções sustentadas pelos educadores, fundamentadas no contexto social de origem da criança;
- Ao tratarem de conceitos como trabalho, lazer, estudo, dentre outros, meninos e meninas de um mesmo subgrupo social demonstraram maior afinidade de idéias do que as crianças dos diversos subgrupos consultados, ou seja, ficaram mais evidentes as diferenças de nível sócio-econômico do que de gênero;
- Merece nota a informação acerca da mudança do papel feminino percebido nesta pesquisa, quando comparado aos trabalhos de Antipoff. As meninas das pesquisas precedentes davam menos resposta que os meninos e suas respostas eram muitas vezes consideradas banais pelas pesquisadoras. Neste trabalho, em inúmeros itens, ocorreu um maior número de respostas femininas, cujo conteúdo não diferia em qualidade das de seus colegas de sala.
- Fica evidenciada, no discurso das crianças, a maneira como a sociedade de classes discrimina o trabalho em suas diferentes camadas. Para as crianças de níveis sócio-econômicos mais altos, o tra-

balho foi representado como uma tarefa ainda distante deles, mas que traz consigo a autonomia e o prazer. As demais crianças, provenientes de um meio sócio-econômico menos favorecido, se referem ao trabalho como algo mais imediato, valorizando a experiência do trabalho precoce de seus pais. Ambos os grupos reconhecem, no entanto, que a continuidade de sua vida escolar pode fornecer-lhes outras e melhores opções de trabalho.

A finalidade que unifica esta pesquisa e as precedentes coordenadas por Antipoff é a de se conhecer um pouco mais as crianças, apurando-se os instrumentos de investigação que permitam aperfeiçoar a análise da educação que lhes é dedicada e identificar alguns dos mecanismos psicossociais que influenciam o processo de desenvolvimento infantil.



O Núcleo de Psicanálise, Estudos e Práticas Institucionalistas estará oferecendo diversos cursos durante todo o ano de 95, entre eles "Trabalhando com grupos", "Metapsicologia", "Freud Social" e "Família: encruzilhada de instituições". Os interessados devem se dirigir à R. Alípio Goulart, 26, na Serra, em Belo Horizonte. Fone: (031) 221.8471.

Elegendo o tema "Interpretação e Escrita" como norteador de suas discussões nos diferentes espaços de transmissão, o ALEPH - Psicanálise Transmissão já está com suas atividades organizadas para 1995. Os interessados devem se dirigir à Av. Francisco Sales, 1614/1805, no São Lucas, em Belo Horizonte. Tel: 227.30.59.

O IEPSI - Instituto de Estudos Psicanalíticos - é outra entidade que está com a agenda cheia durante todo o ano, oferecendo vários cursos, jornadas e oficinas de produção. Maiores informações à R. Alvarenga Peixoto, 723, em Lourdes. Tel: 275.2440.

O "Centro Psíquico - Clínica de Psiquiatria e Psicologia" realizará no dia 7 de abril a palestra "Direito e Psicanálise", com a presença de psicólogos, psiquiatras e advogados. Já em maio deste ano está prevista a palestra "Urgência em Psicanálise", com a psiquiatra Maria Angélica Ávila. O Centro Psíquico oferecerá também seminários e cursos no decorrer do semestre. Maiores informações à R. Visconde de Mauá, 582, em Ipatinga/MG. Tel: (031) 826.1229.

A "Rede de Trabalho Comunitário e Social/Regional MG" estará realizando, de 18 de março a 24 de junho, o curso "Nas trilhas do trabalho comunitário e social - um percurso teórico-prático". Entre outros objetivos, a Rede busca o intercâmbio de saberes e experiências entre os que atuam em busca da construção da cidadania. Informações adicionais com Christiane pelo telefone 227.1377, em Belo Horizonte.

No período de 16 de março a 19 de setembro de 95, às quintas-feiras, estará sendo ministrado o curso de Psicologia Hospitalar abordando os seguintes temas - o psicólogo, a morte e a prática hospitalar. Os interessados devem se dirigir à R. Domingos Vieira, 343/s. 1308, no Santa Efigênia, em Belo Horizonte. Tel: 271.5256 (Paulo) e 433.2724 e 241.1568 (Eunice).

Pretendendo rever de maneira crítica os fundamentos que sustentam o Processo (Psico)Diagnóstico, será oferecido a psicólogos e estudantes de Psicologia o curso "Reverendo o (Psico)Diagnóstico", com início em março de 95 e duração de três semestres. Maiores informações pelos telefones 241.3863, 332.8255 e 334.6294.

Com o objetivo de propiciar o (re)conhecimento teórico/prático da psicomotricidade, acaba de se iniciar, em março, um curso promovido pela Clínica Vivência e que terá duração de um ano. Inscrições à R. Matias Cardoso, 304 - Santo Agostinho. Fone: (031) 335.9819.

Cursos de testes Wartegg e H.T.P. dirigidos a psicólogos e estudantes de Psicologia estarão sendo oferecidos a partir da segunda quinzena de março. Maiores informações pelos telefones 201.8732 e 334.7337.

A COMUNA SA, sociedade civil sem fins lucrativos que tem como objetivo a ação cultural, educacional e política autônoma, estará oferecendo vários cursos este semestre. Os interessados devem se dirigir à Rua Carangola, 288, no Santo Antônio (antiga Fafich). Maiores informações pelo tel. 342.1683.

A cidade de Gramado/RS sediará, de 24 a 27 de maio de 1995, o VI Encontro Sul-Americano de Recursos Humanos e o IX Encontro Nacional de Administradores e Psicólogos, eventos que oferecerão oportunidade de intercâmbio entre profissionais de diversos países da América Latina. Maiores informações através da Secretaria do evento: (051) 332.9293 ou fax (051) 332.8404.

Ionesco no Chico Nunes

Após turnê bem sucedida pelo interior de Minas, a Cia. de Teatro Pró-Arte abre a temporada de 95 em Belo Horizonte com o espetáculo "O Rei Está Morrendo", do dramaturgo franco-romeno Eugène Ionesco, um dos mestres do Teatro do Absurdo. Trata-se de um poema lírico, a descrição clínica de uma agonia condensada de maneira clássica e entremeada de humor, onde o insólito coexiste com o patético. A peça é baseada na saga de um soberano, Rei Berenger 1º, cuja vida se confunde com o poder e oscila entre duas rainhas, Marguerite, a razão, e Marie, o sentimento, numa árdua batalha que o leva da reflexão ao delírio.

Traduzida e dirigida por Marco Antônio Machado, que também assina a iluminação, "O Rei Está Morrendo" reúne Luiz Henrique Vieira (cenário e figurino), Sérgio Freire (trilha sonora original) e Regina Lopes (preparação vocal) no trabalho dos "bastidores". A produção executiva fica a cargo de Charles Telles. No elenco, Elimar Alves, Regina Glória, Cléo Carmona, Jerry Magalhães, Adauto Magalhães e Jane Hayre Antunes. Em cartaz até o dia 23 de abril, no Teatro Francisco Nunes, de quinta a sábado, às 21 horas, e aos domingos às 20 horas. O ingresso custa R\$ 8,00, saindo a R\$ 5,00 para os psicólogos que apresentarem na bilheteria a sua carteira do CRP.



○ *Jornal do Psicólogo* está reservando um espaço para você, psicólogo inscrito no CRP-04, anunciar gratuitamente oferta de consultórios, sublocação etc, exceto para divulgação de seu trabalho. Para incluir anúncio nesta coluna basta enviar um texto de duas linhas datilografadas de 72 toques ao CRP-04. Este espaço está aberto a todos os profissionais de Minas e do Espírito Santo.

Subloco horários para psicólogo em consultório na R. Fernandes Tourinho, 1030, s. 414, em Lourdes. Tratar com Gláucia pelo tel. 337.57.20.

Sublocam-se horários em consultório à R. Juiz de Fora, 1268/s. 407, bairro Santo Agostinho. Tratar com Eduardo Penido pelo tel. 291.68.65 (consultório) e 334.14.20 (casa).

Subloco consultório com sala já montada à R. Padre Marinho, 49/s. 705, no Santa Efigênia. Tratar com Patrícia ou Eneida. Fone: 241.15.73.

Subloco horários em consultório de Psicologia à R. Rio Grande do Norte, 726/702, no Funcionários. Tratar com Ângela (371.22.26) ou Anete (461.68.20).

Procuo sala para dividir ou sublocar. Zenaida - 462.80.36.

Subloco horários para psicólogo em consultório na Av. Cristóvão Colombo, 519/1201, no Funcionários. Tratar com Regina pelo 225.2898 ou 224.5863.

Procuo sala em clinica ou para dividir com algum colega. Tratar com André Luiz Rezende, pelo 273.8180 ou 222.6398.

Divido sala no centro, à Rua Goitacases, 71. Tratar com Zenaida, pelo 418.1747.

Divido consultório à Rua Tomé de Souza, 503 Savassi. Tratar com Maria do Carmo pelos tels. 275.1275 ou 221.1558.

Nesta edição, o filme em cartaz é "Terra de Sombras" ("Shadow Lands"), e contamos com a clara palavra de Jacyntho Lins Brandão, professor de Literatura Grega da Faculdade de Letras e vice-reitor da UFMG, para nos conduzir nesta viagem. O filme de Richard Attenborough esteve no programa "Cinema Comentado" do Usina Banco Nacional de Cinema.

Jacyntho Lins Brandão

Conta-se do filósofo taoísta chinês Chuang Chu a seguinte história: "Chuang Chu sonhou, uma vez, que era uma borboleta esvoaçando alegremente de um lado para o outro, satisfeita consigo mesma, fazendo o que lhe aprazia. Ele não sabia que era Chuang Chu. Subitamente despertou e lá estava sólida e inequivocamente Chuang Chu. Mas ele não sabia se Chuang Chu tinha sonhado ser uma borboleta ou se uma borboleta estava sonhando ser Chuang Chu. Entre Chuang Chu e uma borboleta deve haver alguma distinção!"

Em princípio, espera-se que haja distinções não só entre Chuang Chu e a borboleta, mas entre vigília e sonho, ódio e amor, felicidade e sofrimento, vida e morte, realidade e representação. É da (im)possibilidade dessas distinções que trata "Terra de Sombras" (Shadow Lands"), problematizando as relações entre representação e realidade. Como qualquer história, o filme pode ser visto apenas como uma belíssima "estória" de amor e morte. Pode ser visto ainda apenas como a "história" do escritor inglês C. S. Lewis, professor de literatura na Universidade de Oxford e mais conhecido como autor do clássico infantil "O leão, o espantalho e o guarda-roupa". Aliás, o material de divulgação do filme não deixa de alertar de que se trata de uma história real. Real?

Afinal, o que é uma história real? Para um professor de literatura, a realidade é constituída de caracteres, ações, representação - os mecanismos através dos quais, segundo Aristóteles, a arte produz uma espécie de realidade em segundo grau, como no próprio cinema. Nesse universo se movem o escritor inglês que conhece a mulher norte-americana por quem se apaixonará, bem como o filho desta, que quer conhecer o armário mágico do livro de Lewis. De um modo ou de outro, os três têm ligações com essa "terra de sombras" que é a arte.

Mas o que seria uma "shadow land"? Ora, "shadow" cobre uma gama de significados entrelaçados, que mais ou menos podem ser traduzidos, em português, como sombra (ver figura). Do sentido concreto (lugar onde não bate a luz), desdobram-se figurações, em que

se incluem aparentes contrários - como proteção e ameaça - mas que nada mais são que a expressão contraditória de nossos sentimentos no meio de um mundo em que as coisas não se distinguem tão bem como esperaríamos. "Shadow" pode ser a ameaça sentida num lugar sombrio, a sombra de Deus em que o justo repousa, aquele que acompanha o amigo como uma sombra ou a própria sombra projetada por alguém e que, por ser pouco nítida, ao interromper o curso da luz, ganha contornos de irrealidade. Num outro nível, aplica-se ainda aos espaços sombreados de uma pintura ou à própria representação apenas delineada de um desenho. Tudo isso povoa a "shadow land" do filme, fazendo com que as cenas resvaluem sucessivamente por cada um desses significados.

Quando o filme inicia, uma vasta cena se apresenta ao espectador, numa atmosfera pontuada de movimentos e vozes harmônicos que configuram a terra de sombras em que vive Lewis: a universidade, o lar, a literatura, a vida solitária. Terra de sombras, para a norte-americana, é a Inglaterra e o próprio Lewis. Um espaço em que ela adapta-se mal, em que chega perturbando a paz, como quando, no restaurante, pergunta em voz deslocadamente alta quem é C. S. Lewis (note-se que imediatamente antes de sua chegada ao restaurante se

mostra, através da janela, a primeira cena luminosa do filme). Finalmente, a criança busca a terra de sombras das histórias de Lewis, concentradas num armário mágico em que a passagem da representação para a realidade ou vice-versa seria possível.

"A magia nunca acaba", escreve Lewis no exemplar do livro que oferece ao garoto. E se não for verdade? - indaga ele à mãe. "Processe-o!" - é a lacônica resposta desta. Essas três falas sintetizam o conjunto das relações em jogo no início da trama: o escritor que vive em seu mundo mágico, o garoto que deseja entrar nele mas quer ter certeza de sua realidade, a mulher pragmática (americanamente pragmática) que não deixa de encarar o mundo de fantasia de Lewis com ironia.

Numa narrativa altamente sofisticada, o filme vai aos poucos mostrando como, através da relação de amizade que evolui para o amor, se passa de um para outro nível de realidade. O amor, para Lewis, pode ser entendido aparentemente como uma passagem da sombra para a experiência, enquanto para sua amada significa uma passagem da experiência para a sombra. Significativamente, para ambos, o amor vem com a morte e as duas realidades se confundem na mesma representação. Qual o sentido do amor, da morte, da fantasia, da experiência? No ritual de morte e

amor, eles descobrem que "a dor é parte da felicidade". A morte, longe de invalidar a experiência mágica do amor, dá-lhe a necessária concretude: "Não vai durar muito" - afirma ela num ponto em que já sabe que a doença que tem é irreversível - mas "isso não estraga o tempo de ficar junto. Torna-o real".

O que é torná-lo real? Concretamente, para ambos, sair em busca do lugar reproduzido num dos quadros que decoram a casa de Lewis. Buscar o real, portanto, não deixa de ser introduzir-se num espaço representado, equivalente ao armário mágico do sótão ou ao amor que ambos experimentam. Afinal, o próprio Lewis admite, referindo-se ao título de uma de suas histórias (que é o próprio título do filme): "Nós vivemos em terra de sombras. O sol brilha em outros lugares".

Hanna Arendt escreveu, em "A vida do espírito", que "é bem verdade que o ego pensante, quaisquer que sejam suas realizações, jamais poderá alcançar a realidade enquanto tal, ou convencer-se a si mesmo de que algo realmente existe e de que a vida humana é mais do que um sonho". Isto é: por mais forte que seja o impacto da realidade (como parece ser através do amor e da morte), ninguém jamais deixará de viver numa terra de sombras. O outro lugar em que brilha o sol (e em que o filósofo se distingue da borboleta) é inatingível ou fugaz.

O que o espectador experimenta ao assistir "Terra de sombras" não deixa de ser uma dose forte (e real!) de beleza e emoção, como parte do rito de imersão nessa literal "terra de sombras" que é o cinema, o qual transporta a realidade captada pela câmera para a tela em que essa mesma realidade se projeta como sombra. Uma experiência "real" ou "irreal"? Para quem assiste o filme, a pergunta é impropriedade. Acabada a sessão, ao sair para a rua, cabe cada um se perguntar se Chuang Chu sonhou que era borboleta ou se uma borboleta está sonhando que é Chuang Chu. Afinal, na cena ampla e luminosa que fecha o filme, após a experiência dolorosa da morte, padrasto e enteado (enfim pai e filho) (re)descobrem que, afinal, a realidade cruel da morte não acabou com a magia. Poderíamos concluir que a magia nunca acaba, se (como garantiu Guimarães Rosa) morrer é deveras ficar encantado.



MARCELO KRÄSER

Terra de Sombras



Sul de Minas

O Núcleo Sul Mineiro de Estudos e Pesquisa em Saúde Mental, criado em Poços de Caldas com a finalidade de constituir-se em um canal de encontro e articulação para os psicólogos da região, inicia suas atividades oferecendo dois seminários no primeiro semestre de 95 - "Introdução à análise existencial-terapêutica" e "A teoria e a prática do conhecimento em Psicologia Clínica". Maiores informações na sede provisória do Núcleo, à R. Paraíba, 240/s. 01, em Poços de Caldas. Tel: (035) 722.34.58.

Divinópolis

A Associação dos Psicólogos de Divinópolis realizará, no dia 03 de abril próximo, a eleição dos membros de sua diretoria, e convida os profissionais da região a participar. A Associação já existe há mais de 10 anos e procura ser um espaço de troca de experiências e informações para os psicólogos, com o objetivo de sintonizá-los com os centros de produção de conhecimento.

Um projeto de lei votado na Câmara Municipal de Divinópolis ampliou de 17 para 25 as vagas para psicólogos na Prefeitura local. De acordo com a coordenadora de Saúde Mental da Prefeitura, Arlete Diniz, que batalhou pelo projeto, esta foi uma vitória considerável da categoria na região.

Governador Valadares

O Fórum Centro de Aperfeiçoamento Profissional inaugura em abril suas atividades, com a proposta de desenvolver reflexões em grupos, como desafios e paradigmas na práxis profissional. Maiores informações com Sandra Athaide pelo telefone (033) 271.6471.

O Inconsciente - Centro de Estudos Freudianos, em seu quinto ano de atividade, lançou em março a Revista Alethéia, com palestra da psicanalista Márcia Rosa. Este primeiro número traz textos de Célio Garcia, Fábio Borges, Pompéia Pires e Sandra Kruehl, e os interessados em adquiri-la podem ligar para (033) 271.6471 ou (033) 271.1466.

Psicologia Organizacional

O CRP-04 leva ao conhecimento de seus inscritos, clínicas, empresas e profissionais autônomos prestadores de serviços de Psicologia Organizacional a tabela de referência mínima com valores atualizados para o mês de março de 1995, com o valor da UP - Unidade de Serviços de Psicologia:

UP = R\$ 0,43
(Correção feita pelo IPC-R)

Os serviços abaixo descritos passam, portanto, a ter os seguintes valores mínimos para sua prestação:

- Recrutamento (por vaga preenchida):
Obs: cobrança percentual em relação ao salário do cargo (custo empresa).
Até 1 salário mínimo e meio: 100%
Acima de 1 salário mínimo e meio: 75%
 - Avaliação Psicológica (por laudo):
Nível Operacional: 55 UPs = R\$ 23,65
Nível Técnico: 80 UPs = R\$ 34,40
Nível Superior: 100 UPs = R\$ 43,00
 - Treinamento (por hora de atividade):
130 UPs = R\$ 55,90
 - Consultoria (por hora de atividade):
200 UPs = R\$ 86,00
- Para qualquer esclarecimento, entre em contato com a Câmara de Orientação e Fiscalização do CRP-04 (COF).

Psicologia Clínica

A partir de uma crescente demanda de consultas a este Conselho sobre valores de honorários clínicos, foi realizada uma coleta de dados com profissionais autônomos e pessoas jurídicas da área clínica, como também junto a outros Conselhos de Psicologia, para elaboração da tabela. Como resultado desse trabalho, o CRP-04 leva ao conhecimento de seus inscritos e demais pessoas interessadas a Tabela de Referência Mínima de Honorários para Clínica, que tem como objetivo nortear a categoria a respeito dos valores mínimos cobrados. Assim, para o mês de março, teremos os seguintes valores:

UP = R\$ 0,43
(Correção feita pelo IPC-R)

Os serviços abaixo descritos passam a ter os seguintes valores mínimos para sua prestação:

- Atendimento Psicológico:
Individual: 59 UPs = R\$ 25,37
Em grupo (por participante):
35 UPs = R\$ 15,05
 - Psicodiagnóstico: 582 UPs = R\$ 250,26
 - Orientação Vocacional:
466 UPs = R\$ 200,38
 - Atendimento Externo (hospitalar, domiciliar e outros): 140 UPs = R\$ 60,20
- Para qualquer esclarecimento, entre em contato com a Câmara de Orientação e Fiscalização do CRP-04 (COF).

ALERTA - Em comunicado à população de Curitiba, o CRP-08 alertou sobre um caso de exercício ilegal da profissão de psicólogo que estava acontecendo naquela cidade. Trata-se de Antônio Carlos Von Ganske, também conhecido como Toni Von Strauss, que estava atuando à Rua Mal. Deodoro, 51/16º, conj. 1608/B, Galeria Ritz, inclusive utilizando um número de inscrição falso no Conselho. O CRP-08 tomou as providências cabíveis, mas chama a atenção para o fato de que o sr. Antônio não foi mais localizado na cidade e pede informações a quem souber de seu paradeiro.

CONVENIOS

- Quem se interessa em estudar francês e italiano, o professor Faggi Attilio oferece descontos de 25% nos cursos básico e avançado, 15% nos cursos especiais e aulas particulares e 10% nas traduções. Os interessados deverão contactar o professor Attilio pelo telefax 334.24.88, ou à R. Junquinhos, 116, CEP 30.480.280, em Belo Horizonte.
- A Drograria e Perfumaria Nacional LTda., que tem seis lojas em Belo Horizonte, oferece aos inscritos no Conselho desconto de 11% nas compras à vista e trabalha com cheques pré-datados para 30 dias. Você pode encontrar a Drograria Nacional nos seguintes endereços: Av. Afonso Pena, nos. 749 e 532; R. Tupinambás, nos. 522 e 678; R. Guarani, 234; e R. São Paulo, 570.

Em 31 de dezembro de 1994

RECEITAS CORRENTES

Receita de Contribuição	88.031,93
Receita Patrimonial - Aplicações financeiras (Caderneta de Poupança e Fundos)	167.971,28
Receitas de Serviços (Inscrições e Segundas Vias de Carteiras)	4.450,00
Outras Receitas Correntes - Multa Eleitoral - Cobrança da Dívida Ativa ..	34.269,92
Total	294.723,13

DESPESAS CORRENTES

Despesas Correntes (Despesas c/ Pessoal - Material de Consumo - Outros materiais - Serviços de Terceiros - Remuneração de Outros Serviços)	210.770,75
Despesas de Custeio (Cota Parte do CFP - Fundo revista - PASEP - Diversas Transferências Correntes)..	11.941,47
Superávit	222.712,22
Total	294.723,13

Representantes e articuladores do CRP-04 em Minas Gerais e no Espírito Santo.

• Escritórios Setoriais:

- Espírito Santo (EES)** - Representante: Maria Tereza da Silva Cardoso - Praça Getúlio Vargas, 35 sl 820 Centro, Vitória, ES CEP 29010-350. Tel.: (027) 222-7394.
- Triângulo Mineiro (ESTM)** - Representante: Vicente de Paulo Marques de Almeida - Rua João Pinheiro, 546/16 - Piso B, Centro. Uberaba - CEP 38010-040 - Tel.: (034) 333-6522.
- Zona da Mata (EZM)** - Representante: Américo Galvão Neto. Avenida Barão do Rio Branco, 2.679/810 - Ed. Stela Central, Juiz de Fora. CEP 36010-012 - Tel.: (032) 215-6779.
- Articuladores:**
- Araguari:** Lúcia Santos Coelho - R. Uberaba, 266, Centro. 38440-000. Tel.: (034) 241-3179
- Araxá:** Aparecida Maria de Souza Borges Cruvinel - Rua Doutor Edmar Cunha, 219 A, Centro. CEP 38180-000. Tel.: (034) 661-4108
- Cachoeiro do Itapemirim:** Carmen Lúcia Rocha de Jesus Grillo - Av. Pinheiro Júnior, 23, Centro. CEP 29307-300 Espírito Santo. Tel.: (027) 521-0944 Ramal 1494
- Divinópolis:** Arlete Marchiori Macedo Diniz - Rua Minas Gerais, 655/214.

- CEP 35500-007. Tel.: (037) 221-9398 e 221-1979.
- Governador Valadares:** Sandra Alhayde Silva - Avenida Minas Gerais, 700/112, Centro. CEP 35010-151. Tel.: (033) 271-6471.
- Ituiutaba:** Sônia Divina Costa Rosado - Rua João Martin de Andrade, 363A, Platina. CEP 38300-000. Tel.: (034) 261-3281.
- Montes Claros:** Ana Cristina Couto Amorim - Avenida Santos Guimarães, 123, Sagrada Família. CEP 39401-014. Tel.: (038) 221-1586 e 221-2115.
- Muriae:** Margarida Maria Paulo Rodrigues - Rua Barão de Monte Alto, 125/113. CEP 36880-000. Tel.: (032) 721-0510.
- Patos de Minas:** Márcia Campos de Andrade - Rua José Alves Coelho, 125, Aurélio Caixeta CEP 38700-000. Tel.: (034) 821-2040.
- São João del-Rei:** Maria Tereza Anlunes Albergaria - Praça Guilherme Milwal, 52. CEP 36300-000. Tel.: (032) 371-2051.
- Ubá:** Maria de Fátima Paula de Souza - Av. Comendador Jacinto Soares de Souza Lima, 1052/201. CEP 36500-000. Tel.: (032) 371-4167.
- Uberlândia:** Márcia de Oliveira Prala - Av. Cesário Alvim, 14 sl 1503, Centro. CEP 38400-043. Tel.: (034) 234-8372 e 235-5258.

O Dia Internacional da Mulher, 8 de março, marcou o lançamento do último número da Revista PLURAL, editada pela Fumec. A revista traz os desdobramentos do projeto "Um Espaço para a Mulher - Em busca da Cidadania" ♦ Coordenado pelo professor Emerson Tardieu, o projeto foi viabilizado por um convênio entre a Faculdade de Ciências Humanas e a Delegacia da MULHER ♦ Os dados são resultado de um trabalho de três anos que não se restringiu apenas à teoria, mas também ofereceu atendimento psicológico gratuito às mulheres agredidas. A revista pode ser adquirida na FUMEC. ■ Ligue-se nessa: foi criada em Porto Alegre, através do curso de pós-graduação em Psicologia da UFRGS, a REDE PSI ♦ A rede é um fórum eletrônico de divulgação e discussão de temas relevantes para todos os profissionais da área "psi" e seu objetivo é aproximar esses profissionais, integrando-os à comunidade INTERNACIONAL ♦ Maiores informações sobre como se inscrever pelo telefax (051) 330.6768, com o professor Cesar A. Piccinini, no Centro de Pós-Graduação em Psicologia da UFRGS. ■ O CEPA - Centro Editor de Psicologia Aplicada - anuncia seus novos projetos editoriais: "Anuário CEPA" e "Boletim CEPA" ♦ O "Anuário CEPA" está com a edição programada para o início de 96 e abordará a Psicologia Aplicada ♦ O "Boletim CEPA" terá cunho científico e será editado semestralmente, a partir de março de 95 ♦ Os trabalhos pretendem reunir grandes nomes da Psicologia no Brasil e no exterior e o CEPA convida os profissionais a enviarem os seus artigos ♦ Maiores informações com o Sr. Alberto Oliveira pelo tel. (021) 220.6545 ou fax (021) 262.2717. ■ A Fundação Gregório F. Barembliitt acaba de inaugurar o Centro Felix GUATTARI, com o objetivo de difundir, pesquisar, publicar, oferecer cursos e prestar serviços, práticas inspiradas nas idéias de Deleuze e Guattari ♦ A organização pretende ser um ESPAÇO de interlocução para todos os que se interessam pela obra desses filósofos e convida-os a se contactarem. É só ligar para 221.7352. ■ Parabéns à UFMG pela realização do Simpósio "ESTRUTURALISMO: Memória e Repercussões" ♦ É a Universidade cumprindo o seu papel de centro de transmissão e produção de conhecimento. ■ Enterrada a ditadura, "RIDÍCULOS" seria um bom adjetivo para os atentados a BOMBA em Belo Horizonte. Mas apesar de sua gratuidade, não deixam de ser um SINTOMA de que há algo de PODRE nos ares de Minas. Exigimos a mais completa investigação.

BARBACENA

Depois da série de denúncias veiculadas na imprensa contra o Hospital Psiquiátrico de Barbacena, da Rede Fhemig, há alguns anos atrás, o CHPB ainda comete erros graves. No dia 23 de fevereiro último, o Fórum Mineiro de Saúde Mental e outras entidades da área protocolaram denúncia contra o CHPB na Promotoria de Justiça Especializada na Defesa do Direito do Cidadão, do Ministério Público. Alegação: foi aplicado um eletrochoque a seco em uma paciente, uma senhora de 47 anos que sofreu duas fraturas em função das convulsões ocorridas durante a aplicação do choque. O eletrochoque foi proibido na lei recém-aprovada (ver pág. 11), mas até então era admitido em alguns casos, desde que seguisse normas estabelecidas pelo CFM - o doente deve tomar relaxantes e anestesia antes do choque, o que não foi feito em Barbacena. Agora resta esperar que a denúncia seja apurada com rigor.

RESOLUÇÕES DO CFP

A seguir, publicamos três Resoluções baixadas pelo Conselho Federal de Psicologia e que já estão em vigor. Os interessados podem adquirir cópias dos documentos na sede do CRP.

Publicidade profissional associada a práticas alternativas

Art. 1º - Fica vedado ao psicólogo na publicidade através de jornais, rádio, televisão ou outro veículo de comunicação, vincular ou associar ao título de psicólogo e/ou ao exercício profissional rótulos, expressões, práticas ou técnicas não reconhecidas pela Psicologia.

Art. 2º - A não observância desta Resolução constituir-se-á em infração ao Código de Ética em seus artigos 38 alíneas "d" e "e".

Art. 3º - Caberá aos Conselhos Regionais fiscalizar, junto à categoria, a observância do disposto na presente Resolução.

Concessão de atestados psicológicos

Art. 1º - O psicólogo, ao diagnosticar "Transtornos Mentais e de Comportamento" conforme previsto no CID, poderá no âmbito de sua atividade profissional, emitir atestados de afastamento do paciente de suas atividades, por motivo de saúde.

Art. 2º - Fica o psicólogo obrigado a manter em seus arquivos a documentação técnica que fundamenta o atestado por ele concedido e a registrar as situações decorrentes da emissão do mesmo.

Parágrafo único - Os Conselhos Regionais poderão, a qualquer tempo, suscitar o psicólogo a apresentar a documentação a que se refere, o "capui" para comprovação da fundamentação científica do atestado.

Art. 3º - No caso da incapacidade do paciente ultrapassar a 15 dias, este deverá ser encaminhado pela empresa à perícia da Previdência Social, para efeito de concessão de auxílio-doença.

Art. 4º - O atestado emitido pelo psicólogo deverá ser fornecido ao paciente, que por sua vez se incumbirá de apresentá-lo a quem de direito para efeito de justificativa de falta, por motivo de saúde.

Art. 5º - O psicólogo será profissionalmente responsável pelos termos contidos no atestado emitido, devendo cumprir seu mister com zelo e competência sob pena de violação, dentre outros, do art. 2, alínea "m" do Código de Ética Profissional.

Art. 6º - Os casos omissos serão resolvidos pelos Conselhos Regionais.

Serviços psicológicos por telefone

"Art. 2º - Ao psicólogo é vedado:

(...)

o) prestar serviços ou mesmo vincular seu título de psicólogo a serviços de atendimento psicológico via telefônica."

Jornal do Psicólogo

Publicação do Conselho Regional de Psicologia 4º Região (MG/ES) - CRP-04
Rua Tomé de Souza, 860/10º andar - Savassi - CEP 30140-131 - Belo Horizonte-MG.
Tel.: (031) 261-1146 - Telex: (031) 392882 - Fax: (031) 261-6143

Diretoria: Edith Lins Eto, presidente; Mariana de Campos Mendonça, vice-presidente;
Elvira Lídia Pessoa de Oliveira, secretária; Zulma Canuto, tesoureira.

7º Plenário: Conselheiros: Carus Trindade Guimarães; Cristina Ribeiro de Figueiredo Teixeira; Edith Lins Eto; Elvira Lídia Pessoa de Oliveira; Manoel Mata Machado; Márcia de Oliveira Prata; Maria Carmen Lopes Albricker Barbosa; Mariana de Campos Mendonça; Raymonde Jouanneau Saraiva; Regina de Mont'Alverne Neto; Ronaldo Pazini Marangoni Júnior; Simone Maria Machado da Silveira; Sônia Maria de Brito Marques Porto; Susana Caçado Teatini; Vicente

Almeida; Zulma Canuto. Conselheiros Federais: Ricardo Figueiredo Moretzsohn e Vera Lúcia Dias; Gerson Alves Vieira (suplente)
Coordenadoria Técnica: Heloísa Amaral;
Assessoria Jurídica: Rodrigo da Cunha Pereira

Editado pela Assessoria de Comunicação Social do CRP-04
Jornalista responsável: Luciana Tonelli (MTb 4685/MG)
Programação visual: Marcelo Xavier
Ilustrações e fotografias: Marcelo Kraiser e Marcelo Xavier
Edição gráfica: Cláudia Barcellos
Impressão: Editora Litero Maciel
Tiragem: 11 mil exemplares

As matérias assinadas são de exclusiva responsabilidade de seus autores. O Jornal do Psicólogo as publica por acreditar na diversidade das idéias.

PONTO PARA A CIDADANIA

Aprovada em Minas a lei de extinção dos manicômios

Após quase três anos em tramitação na Assembléia Legislativa de Minas Gerais, finalmente foi aprovada, em 18 de janeiro de 1995, a lei de extinção dos manicômios proposta pelos deputados Antônio Carlos Pereira, o Carlão (do PT) e Antônio Fuzatto (PT). Com o objetivo de combater os defeitos do modelo hospitalocêntrico e resgatar a dignidade do doente mental, a lei é resultado de uma grande mobilização que vinha acontecendo desde os anos 70 e teve a contribuição de amplos setores da sociedade. Profissionais da área de saúde, usuários e seus familiares puderam expressar sua opinião durante as várias discussões organizadas em torno do tema, inclusive em audiências públicas na Assembléia Legislativa.

O fato de resultar de uma discussão ampla é enfatizado por Carlão, ao afirmar que "é muito ruim quando se restringe aos experts opiniões e intervenções que dizem respeito ao comportamento do ser humano como um todo. Tenho a convicção de que, muito embora haja uma dimensão técnica que tem que ser respeitada, o que alimenta este debate são as opções de cidadania, e nisso qualquer pessoa pode opinar, e deve".

O projeto aprovado teve como subsídios outras leis estaduais, como a pioneira do Rio Grande do Sul e as de Pernambuco, Ceará e Rio de Janeiro, que se seguiram à gaúcha. De acordo com Carlão, os princípios das leis estaduais são basicamente os mesmos, como também do projeto de lei federal do deputado Paulo Delgado (PT) - buscar a reincorporação do doente mental na sociedade, colocar outros atores em cena, como a família e o Ministério Público, estabelecer penalidades e exigir a extinção dos manicômios, propondo serviços alternativos de atenção ao doente mental e a internação em hospitais gerais, quando necessária. O projeto do deputado Paulo Delgado, de 1989, trouxe à tona toda a discussão e ainda tramita no Senado.

Outras referências teóricas vieram da legislação italiana e canadense, e a lei recém-aprovada procura corrigir alguns equívocos de experiências anteriores. Carlão esclarece que hoje não há dúvida quanto à necessidade de haver um certo grau de institucionalização - "do contrário, o Estado se desobriga. Hoje entende-se que há situações-limite em que será necessária a internação, mesmo à revelia da pessoa. E a lei prevê essas exceções. O problema todo é que isso era regra".

A coordenadora de Saúde Mental da Secretaria Municipal de Betim, responsável também pela coordenação do Fórum Mineiro de Saúde Mental, Marta Elizabete de Souza, chama atenção para o aspecto da lei que regulamenta as internações involuntárias. Marta lembra que "às vezes o paciente tem que ser internado à revelia do seu desejo, quando o quadro clínico não permite que ele opine. Mas nesse caso a lei estabelece critérios, uma equipe de profissionais deve estudar o caso e é feita uma articulação com o Ministério Público, porque sabemos que em nome de vários interesses pessoas foram internadas e

expropriadas de seus bens", ressalta.

O modelo hospitalocêntrico deve ser combatido por negar a dimensão humana do sujeito, que segundo Carlão, "era, e em alguns casos, ainda é, tratado como animal". Ele aponta o caráter autoritário do modelo, ao ressaltar que "a loucura é um fenômeno social, de relações que se estabelecem na sociedade, e o modelo ignora isso, ele isola". Existe mais um bom motivo para a mudança - o autor da lei lembra que "hoje se gasta muito da verba total de Saúde com Saúde Mental, com resultados extremamente ruins. Recursos já escassos são canalizados para uma área que não dá retorno para a sociedade".

Vetos

A lei foi aprovada praticamente na íntegra, tendo sofrido apenas dois vetos que, segundo Carlão, não chegam a prejudicá-la. O primeiro diz respeito a um salário mínimo a ser dado a cada paciente crônico que saísse do hospital, o que não é problema na opinião da psiquiatra Míriam Abou-yd, coordenadora de Saúde Mental da Secretaria Municipal de Saúde, "pois este veto será coberto pelo PAD - Programa de Apoio à Desospitalização, do Ministério da Saúde, que determina que os pacientes crônicos desospitalizados recebam metade das AIHs gastas com ele, o que daria por volta de R\$ 150,00 por mês".

Já o artigo que proibia a construção de hospitais psiquiátricos públicos ou privados em Minas Gerais foi vetado sob a alegação de ser inconstitucional. Na avaliação de Míriam, esta é uma questão controversa, pois a lei gaúcha foi aprovada com esse artigo. Mesmo considerando o veto uma perda, a psiquiatra afirma que a proibição fica subentendida em outros artigos.

Manicômio judiciário

A lei aprovada não pôde abordar a questão dos manicômios judiciários por serem eles subordinados não apenas aos órgãos de Saúde, mas também ao Poder Judiciário, e deverão ser objeto de uma análise conjunta. No entanto, o Movimento de Luta Anti-Manicomial já tem uma posição a respeito, que defende o direito do doente mental que comete algum crime ao julgamento. Segundo Marta Elizabete, "a pessoa portadora de sofrimento mental deve ser responsabilizada pelos delitos que cometer, mesmo que ela os cometa em um momento de crise". Ela enfatiza ainda que o manicômio judiciário pode ser considerado hoje o único lugar no Brasil onde existe a prisão perpétua, pois muitos passam a vida inteira lá, sem nenhum tratamento.

Dificuldades

A aprovação da lei nº 11.802 de 18 de janeiro de 95 é apenas o 1º round de uma batalha maior. Carlão chama a atenção para o fato de que "aqueles que se preocupam em construir espaços de cidadania devem lutar para

alcançar a meta mais emblemática do projeto, que é colocar fim aos manicômios. Mas não basta estar escrito. Se isso não for perseguido cotidianamente, daqui a cinco anos a situação vai estar mais ou menos semelhante a de hoje, apesar da lei".

Para Míriam Abou-yd, a aprovação da lei é apenas mais um passo rumo à mudança da relação da sociedade com a loucura. "Temos que continuar trabalhando em outros espaços, como a organização dos usuários, e buscar estratégias de intervenção na cultura", enfatiza. Míriam ainda demonstra preocupações quanto ao destino que a lei vai tomar, afirmando que "dependendo de sua regulamentação ou sustentação por um governo estadual, corremos o risco de que ela vire letra morta. Obviamente vamos acompanhar de perto e exigir a efetivação de tudo o que se propõe".

Quanto às dificuldades para a efetivação da lei, Carlão aponta o preconceito como a maior delas. "Por mais que tenhamos evoluído na forma como as pessoas vêem a loucura, há uma lógica estabelecida que diz que o louco deve ser isolado". Ele aponta também outros obstáculos, como a resistência do setor privado - já que "a saúde mental sempre foi uma fonte de recursos muito gratificante para proprietários de vários hospitais" - e a incompreensão das próprias famílias, "que acham que a posição mais simples é se livrarem daquela pessoa que não tem um comportamento dito como normal". Quanto a isso, Míriam acredita que "da mesma forma que a sociedade está sensível à questão, temos certeza de que, se os governos implantarem os serviços alternativos ao manicômio, não tem porque o familiar não aderir a um projeto que só busca garantir uma qualidade de atenção boa".

A psiquiatra aponta também uma dificuldade imediata, relacionada à Comissão que vai regulamentar a lei. Segundo Abou-yd, a Comissão nomeada pelo Secretário de Estado da Saúde - composta por quatro diretores de hospitais da Fhemig, pela coordenadora estadual de Saúde Mental e presidida pelo dr. Francisco Barreto - deve ser ampliada. Ela lembra que a lei foi debatida com a sociedade em geral, "portanto outros setores que participaram da discussão devem também fazer parte desta Comissão".

Outro tipo de dificuldade a ser enfrentada é a de ordem institucional, inclusive utilizada como argumento contrário à lei. Sobre isso, Carlão admite que "o Estado brasileiro está muito aquém de cumprir suas tarefas, e deve haver cobrança no sentido de assegurar o que está estabelecido na lei. Por exemplo, os Conselhos Municipais de Saúde vão ter que funcionar. Se não existem, vão ter que existir. Se são manipulados, vão aprender a não ser. Não tem mágica". Para Marta Elizabete, o maior desafio será mesmo "o setor público assumir essa lei, fazê-la cumprir, o que significa investir recursos financeiros para que haja recursos humanos, medicação, equipamentos e serviços para a população".

Os caminhos da luta antimanicomial

O Movimento de Saúde Mental no Brasil existe há cerca de 20 anos, quando alguns hospitais começaram a buscar a humanização das condições de tratamento dos pacientes. Na década de 80, com a abertura democrática e os movimentos sociais ganhando força no país, começou-se uma articulação mais decisiva dos trabalhadores da área. Um marco desse período foi a visita do psiquiatra italiano Franco Basaglia, ainda no fim dos anos 70, introduzindo a idéia da extinção dos manicômios.

De acordo com a psicóloga Marta Elizabete de Souza, coordenadora de Saúde Mental da Secretaria de Saúde de Belim, por essa época foi iniciada também uma batalha pela criação, nos ambulatórios do país, de equipes multiprofissionais, momento em que os psicólogos têm uma entrada mais decisiva na Saúde Pública, através dos Conselhos e Sindicatos. "Nesse sentido, o Conselho de Psicologia teve um papel importante, tanto a nível regional quanto nacional", destaca.

De acordo com a psicóloga, em 1987, durante o 2o. Congresso Nacional dos Trabalhadores em Saúde Mental, em Bauru, SP, foi criada a bandeira "Por uma Sociedade sem Manicômios", entendendo como manicômio toda uma lógica que propõe a exclusão, que não trabalha com a diferença. Marta explica que "dentro dessa perspectiva foi criada uma 'utopia ativa', o 'Movimento de Luta Anti-Manicomial', porque chegou-se à conclusão que humanizar os hospícios era pouco". O dia 18 de Maio passou a ser o Dia Nacional de Luta Anti-Manicomial, e "o Conselho de Psicologia, tanto a nível federal quanto dos regionais, foi uma entidade que teve um papel importante nesse processo, promovendo debates e divulgando a questão dentro de sua categoria".

Com a maior articulação atingida pelo Movimento, ele conseguiu dar origem a outras entidades: o Fórum Mineiro de Saúde Mental, coordenado por Marta Elizabete, e a Associação dos Usuários dos Serviços de Saúde Mental - ASSUSAM.

De acordo com a sua coordenadora, o Fórum é uma organização não-governamental (Ong) que surgiu durante o Congresso de Bauru e pertence ao Movimento Nacional de Luta Anti-Manicomial. Dele tomam parte profissionais da área da Saúde e algumas entidades. Suas reuniões, que já aconteceram no CRP e no Sind-Saúde, hoje são realizadas no Instituto Raul Soares. Sua função continua sendo a divulgação da luta, o encaminhamento de denúncias, a promoção de seminários e a realização do 18 de Maio. Em outubro de 95 o FMSM, que também sedia a Secretaria Nacional do Movimento, irá realizar, em Belo Horizonte, o "2o. Encontro Nacional da Luta Anti-Manicomial". O Movimento realiza uma plenária a cada seis meses pelo país. A próxima será em abril, no Rio de Janeiro.

Como prova do nível de amadurecimento atingido pela luta Anti-Manicomial em Minas, em 1993 foi fundada a ASSUSAM - Associação dos Usuários dos Serviços de Saúde Mental - entidade que participou ativamente de todas as etapas da luta pela aprovação da lei. Segundo seu presidente, Geraldo Francisco da Silva, "a lei aprovada mexe com a sociedade com um todo e representa um grande avanço. Se antes uma só pessoa tinha um poder enorme sobre vidas, agora várias vão ter este poder, e nós, usuários, vamos participar". Geraldo entende também que a aprovação da lei é apenas uma etapa na batalha contra o preconceito e afirma que "o trabalho vai continuar, pois queremos que a sociedade nos ouça, reconheça os nossos direitos, o nosso espaço, os nossos anseios, para que possamos realmente estar integrados, sem discriminação". A Associação, que no momento batalha por um registro junto ao Ministério Público, congrega não só usuários, mas também seus parentes e amigos, e como enfatiza Geraldo, "todos os que tiverem afinidade com o ideal de resgate da cidadania do doente mental é bem vindo".

O Fio de Ariadne

O Natal aproximava-se, trazendo consigo, na euforia de um fim de ano um pouco mais próspero, a excitação das compras e a expectativa de um verão feliz. As ruas, os shoppings e as lojas regurgitavam de gente, consumidores ávidos de quinquilharias importadas, confiantes no crédito fácil e encantados pela renovada miragem do primeiro mundo. E foi assim, envolvido no alegre tumulto e misturado à multidão voraz, que eu também saí para comprar os presentes de sempre: discos e, sobretudo, livros. Aproveitei a ocasião para percorrer algumas livrarias, não muitas, porque como é sabido, o Brasil, comparado à mítica França ou à vizinha Argentina, é avarento em livros e livrarias e converteu a vida intelectual - o gosto pelas idéias e pelo debate - numa quase excentricidade, coisa para poucos, restrita aos guetos acadêmicos.

No entanto, com a inflação sob controle e a economia em expansão, o mercado editorial, continuando uma tendência anterior de crescimento, experimentou também algum aquecimento. Porém as prateleiras das livrarias não deixam dúvida quanto ao interesse do público: além dos romances açucarados e de trama fácil, best sellers permanentes, estão atulhadas de obras esotéricas e de auto-ajuda, de receituário psicológico e misticismo barato. Ora, como a oferta não determina, mas, ao contrário, é condicionada pela demanda, fui levado, ao invés de criticar a política das editoras ou a qualidade dos autores, a refletir sobre os leitores, pois como observou Lichtenberg, o grande aforista alemão do século XVIII: "Quando um livro e uma cabeça chocam-se e ouve-se um ruído oco, a culpa seria sempre do livro?". Quem seriam, então, pode-se perguntar, esses cabeças-ocas? Seriam as mulheres que, como provam as estatísticas, são as compradoras preferenciais de tais obras? E os homens, em sua busca frenética por fórmulas de sucesso, seriam, por acaso, leitores mais cultos e exigentes? Não seria sintomática esta divisão do mercado: de um lado, receitas pragmáticas de como vencer na vida e obter êxito social e, de outro, relatos de auto-realização pessoal e de miraculosa redenção? Apesar da tentação do sarcasmo, contive-me e pensei que seria melhor analisar o fenômeno enquanto sintoma cultural, enquanto efeito de superfície de uma inquietação mais profunda.

Numa estimulante discussão dos motivos que levam as mulheres a consumirem tais livros, a escritora Marilene Felinto (Cf. Mulheres que lêem bobagens. Folha de São Paulo. 29/01/95) chegou a um diagnóstico - "(neles) as mulheres encontram a possível cura para um mal estar, uma insatisfação, um 'oco, um vazio'... uma busca desesperada" - e, citando Joseph Campbell, arriscou uma hipótese: quando os antigos mitos agonizam, a eterna busca do homem por sua identidade é subvertida e, na falta de uma mitologia geral dotada de autoridade espiritual, as massas recorrem aos novos mitos individuais. Pois, na verdade, a nova religiosidade e o novo sagrado parecem mesmo conformar-se a um velho provérbio latino - "dum ego salvus sin, pereat mundus", pereça o mundo conquanto que eu me salve - ou seja, estão a serviço dos desejos e angústias individuais, daí a íntima cumplicidade entre as seitas emergentes e os diversos tipos de psicologia. Assim, o oco não estaria apenas na cabeça de alguns, não seria somente o reflexo cerebral da crônica carência afetiva das mulheres, mas seria manifestação dessa fadiga, dessa doença senil que esgota a vitalidade do ocidente. Podemos dizer, portanto, sem qualquer complacência e alheio a certas veleidades feministas, que a "condição feminina" é mais sensível ao horror e ao tédio que se escondem sob a capa da rotina burocratizada e da eficácia a qualquer preço. Uma sensibilidade - que o romantismo alemão denominou "Gemüt", palavra intraduzível e que designa uma apreensão intuitiva, uma inserção na intimidade das coisas, para além de sua utilidade e domínio - uma sensibilidade que se opõe à uma racionalidade árida e vazia de sentido e que expõe o paradoxo de uma cultura feminilizada no âmago de uma civilização masculina. Não se trata, - como faz Paulo Coelho em sua réplica ao artigo de Marilene Felinto (Cf. Em defesa da leitora. Folha de São Paulo. 05/02/95) - de dicotomizar "sensibilidade feminina" e "racionalismo masculino", de endossar

a disjunção romântica entre crítica e empatia, entendimento analítico e sentimento inefável. Sabemos bem a quem serve - e seria útil não esquecer de todo as lições da teoria marxiana da ideologia - a visão lacrimante e adocicada das relações entre os homens, a sofreguidão com que se busca as beatitudes celestes em detrimento das realidades terrestres. O que importa não é fazer a apologia do lixo cultural, exaltar ou atacar os novos gurus, mas seria mais proveitoso deslocar a discussão para um outro nível de compreensão: o da investigação do solo histórico-cultural em que se enraíza esse inesperado "retorno do sagrado" que nos surpreende no final do milênio.

É no movimento do niilismo, que nos tem arrastado nos últimos dois séculos, que devemos compreender o sentido da cultura feminilizada como resistência ao pretensioso programa que Feuerbach propôs à época moderna: a realização e humanização de Deus, a dominação da terra e a instauração de uma felicidade estável e sólida em sua materialidade. Podemos ouvir o eco derrisório deste humanismo arrogante nas palavras com que o Zaratustra de Nietzsche descreve o "último homem": "Eu vos digo: é preciso ter caos ainda dentro de si para poder gerar uma estrela cintilante. Ai de vós! Eis que chega o tempo em que o homem não poderá mais dar à luz uma estrela... o tempo do mais desprezível dos homens, aquele que nem é mais capaz de desprezar-se a si mesmo... Que é o amor? Que é a criação? Que é o desejo? Que é uma estrela? Assim pergunta o último homem... Quem ainda deseja governar? Quem ainda deseja obedecer? São ambos cansativos demais. Nenhum pastor e um só rebanho? Todos querem o mesmo, todos são iguais. Quem sente de maneira diversa se condena ao hospício... Temos nossos pequenos prazeres diurnos e nossos pequenos prazeres noturnos; mas cuidamos da saúde. Inventamos a felicidade", dizem os últimos homens com um piscar de olhos".

Talvez hoje possamos compreender um pouco melhor o significado desta advertência profética que a multidão que ouvia Zaratustra tomara por pura zombaria: sabemos o que é a loucura ordenada e este pífio desejo de prazer, experimentamos uma agitação insensata e a acídia no coração. Afinal, a sociedade afilante e liberal triunfa e nos lega em meio aos despojos de sua vitória os dilemas de uma vida banalizada, que nos leva a oscilar entre a pizzaria que nos engorda e a ginástica que nos redime ao olhar narcísico do outro, entre o erotismo que se exacerba e a diversão que enfastia, entre a riqueza da informação e a preguiça da inteligência. Talvez possamos hoje reencontrar, na ingenuidade da mulher que busca um consolo místico, a longínqua ressonância do lamento de Ariadne. Esta, através de um fio condutor, salvou Teseu do Labirinto e do Minotauro, porém, o herói apolíneo e civilizador, em sua viagem para Atenas, abandonou-a, com sua paixão e dor, na ilha de Naxos. O destino de Ariadne não foi, entretanto, a solidão mas o amor de um deus que, na reconstrução poética de Nietzsche, lhe revela sua vocação e seu enigma: "Ariadne, diz Dionísio, 'tu és um labirinto: Teseu se extraviou em ti, já não mais possui o fio: de que lhe serve agora não ter sido devorado pelo Minotauro? Aquilo que o devora é pior que um Minotauro'".

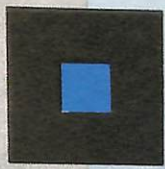
Num ensaio meticuloso e instigante sobre a sociedade vienense na virada do século, Jacques Le Rider mostrou como as figuras marginais e contestatórias do gênio, do solitário, do feminino e do judeu, marcaram a autoconsciência de um tempo aturdido e agônico, uma época que antecipou muitas de nossas dores e atuais perplexidades. Assim, por exemplo, creio que não poderemos apreender a Psicanálise, na radicalidade de sua origem e de seu impasse contemporâneo, sem penetrarmos nas várias e intrincadas vias que traçam a crise moral e metafísica do homem moderno. A perdição de Teseu, longe de ser uma vingança dionisíaca ou um elogio da irracionalidade, pode ser tomada como interpretação dramática de um mundo que venceu a violência arcaica (Minotauro), mas não soube vincular-se à força amorosa que o salvara. O fio de Ariadne passa a alegorizar, portanto, a recondução da humanidade emancipada ao mistério da vida e à percepção do fundo obscuro e labiríntico de seu ser.



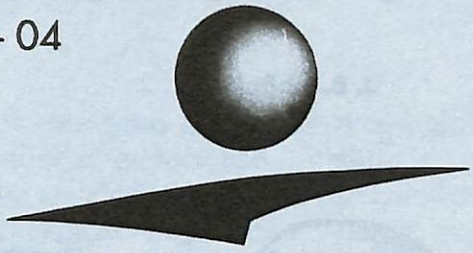
Carlos Roberto Drawin

Psicólogo e professor de Filosofia da UFMG





CONSELHO
REGIONAL DE
PSICOLOGIA
CRP - 04



G E S T Ã O
P S I C O D I V E R S I D A D E

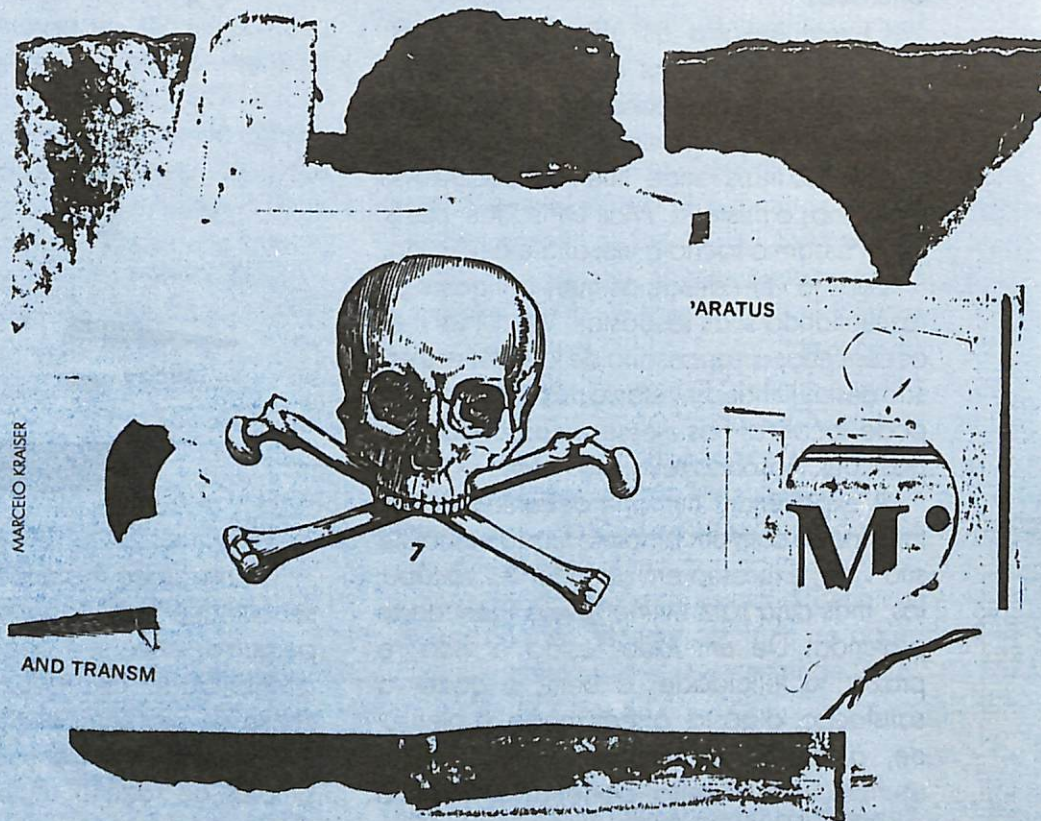
E S C U T A

SUPLEMENTO DO JORNAL DO PSICÓLOGO



BELO HORIZONTE, ANO 12 • Nº 49
FEVEREIRO / MARÇO 1995

OMAL



MARCEIO KRAISER

AND TRANSM

PARATUS

M.

O problema do mal

J. B. Libânio

"Por que sofro? Esta é a rocha do ateísmo" (G. Büchner). A dura e terrível realidade concreta do mal foi brandida pela razão moderna, como argumento irrefutável da inexistência de Deus. Anunciou-se-lhe a morte. Mas não se soube o que fazer com o seu cadáver (F. Nietzsche). Sem Deus, o ser humano teve de carregar sozinho o peso de todos os males, sem outro sentido que o próprio mal.

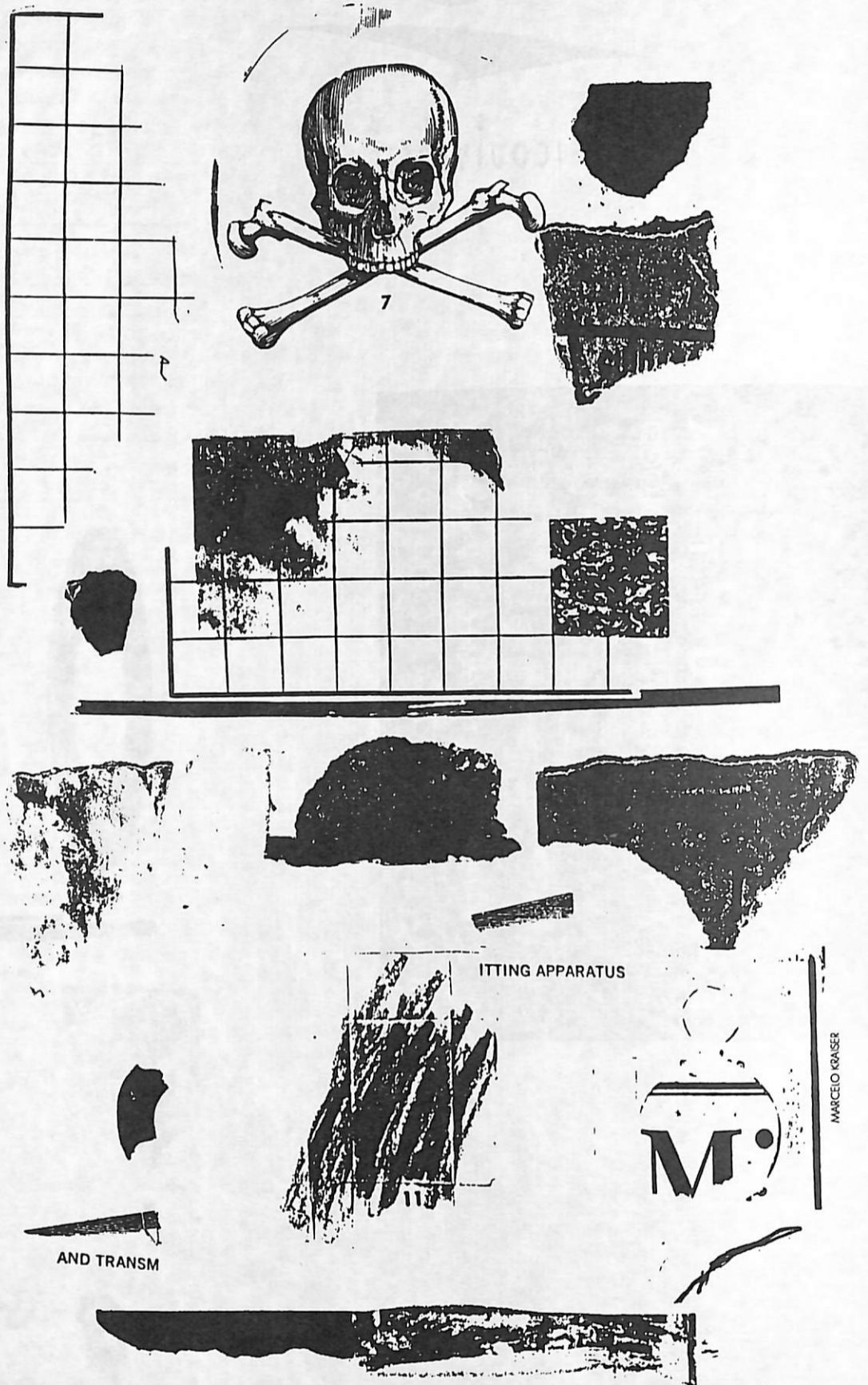
O mal afeta-nos a todos. Ninguém escapa dessa realidade sob as suas mais diversas formas, desde o mal físico até aquele que nos atinge o mais recôndito do coração. "A experiência do mal está ligada à existência humana como a sombra à luz" (L. B. Geiger).

O mal ultrapassa as dimensões do problema. É um mistério (G. Marcel) irracional, escandaloso, inexplicável, injustificável. Às vezes, assume formas de "círculos infernais" de pobreza, violência, alienação racista e cultural, destruição da natureza pela poluição de vários tipos e, por fim, do círculo do absurdo à medida que, aparentemente, estamos fazendo do mundo um inferno (J. Moltmann). O médico Rieux do romance de A. Camus, *La Peste*, diante da morte de criança inocente, rejeita a resposta do jesuíta Paneloux que lhe sugeria "amar o que não podemos compreender". "Não, padre", disse ele, "o que penso do amor é bem diferente. E me recusarei até a morte a amar essa criação em que as crianças são torturadas".

O mal desafia as ciências humanas. Estas tentam encontrar as estruturas que o condicionam, que o consubstanciam, que o favorecem, que o geram na sua visibilidade social. Vão mais longe. Intentam decifrar-lhe o enigma, o mistério. Mas cansadas, desistem. Passam o facho à filosofia e à religião.

Estas já vêm desde as mais antigas eras rascunhando suas respostas. Vasculhar-lhes os caminhos ultrapassaria de longe a pretensão destas linhas. Entretanto, rápida tipologia pode localizar-nos nesse emaranhado de posições filosófico-religiosas sobre o mal.

A experiência humana defronta-se inelutavelmente com um binômio fundamental na sua vida, expresso em abundantes vocábulos, mas cuja raiz última revela identidade profunda. De um lado, estão a vida, o prazer, a felicidade, o bem, o gozo, a satisfação, o gosto, a realização, a plenitude, a fruição, o desfrute, o proveito, o usufruto - o Aurélio poderia ampliar a sinonímia. De outro lado, situam-se a morte, a dor, o sofrimento, o mal, a insatisfação, a frustração, o desgosto, o fracasso, a perda, a falta, a carência etc.



Diante desse mistério que acompanha o ser humano a cada momento, levanta-se a pergunta sobre sua origem. Diante da impossibilidade de reduzi-lo ao bem, por causa de sua radical contraditoriedade, o espírito humano pensou a solução mais simples de fazê-lo recuar a um princípio último do mal que viveria ao lado do princípio do bem: o dualismo maniqueu. Dualismo maniqueu que na sua sutileza penetrou também mentes modernas, tecnocratas. Tal

visão atua até hoje sob todas aquelas formas em que, em dado momento, uma pessoa, um grupo, um partido, uma proposta política se consideram toda a verdade, todo o bem e o adversário encarna, por sua vez, o mal. O próprio neoliberalismo não esconde traços remanescentes desse dualismo, ao arrogar-se ser o fim da história, do último homem moderno (F. Fukuyama) e ao demonizar os últimos resquícios da tradição socialista.

No lado oposto, situa-se outra solução extrema: o monismo religioso ou fisológico. O mal não existe na sua realidade objetiva. É mera aparência. Tal posição lança suas raízes no genial pensador neoplatônico Plotino (204/205-270 dC) e expressa-se mais tarde e mais estruturadamente na doutrina monista panteísta de Espinosa (1632-1677), sem falar de correntes do pensamento indu. Mas hoje volta à baila na vertente espiritualista da "Nova Era". O mal não passa de deficiências de meu estado anímico que, uma vez controlado pelas inúmeras terapias à disposição, entra em estado alfa, se imerge nos fluidos positivos, bebe da energia primordial, espiritual envolvente. O mal resulta do estado de consciência, que não controlou positivamente suas energias e potencialidades, da ignorância do nosso potencial espiritual e da nossa incapacidade de expansão da consciência. Pois ela consegue ultrapassar a pequenez de nosso eu e alcançar comunhão profunda com todo o cosmos, quando o mal estaria superado.

Naturalmente faltam às duas posições extremas a dialeticidade de pensar no nível teórico e o enfrentamento realista no nível da prática. O mal resiste a fáceis soluções teóricas sem referências à prática e a compromissos práticos rápidos sem exigência teórica.

Nesse sentido, outros enveredaram simplesmente pelo caminho da resposta prática, sem perguntar-se por sua inteligibilidade maior. Nessa linha, situam-se o hinduísmo, o budismo, de um lado, e, de outro, o estoicismo. Os primeiros resolvem o mal, o sofrimento na sua aporia teórica com a prática do esvaziamento do desejo, ao apontá-lo como a raiz do sofrimento, do mal. A felicidade final, o nirvana, se obterá no momento em que a individualidade, fonte dos desejos e do sofrimento, se perder dentro duma consciência universal.

Os gregos estóicos viam na "apatia" a vitória sobre o sofrimento, sobre o mal. Resistiam aos impulsos cegos até à insensibilidade através de domínio da razão sobre o mundo exterior, sobre os afetos, numa aspiração profunda à liberdade interior do homem "sábio" nas pegadas de Sócrates. Não se perguntaram pela "racionalidade" do mal, seu sentido, mas buscaram anulá-lo pela prática.

Tentar entender o mal e viver num mundo repleto dele implica, portanto, duplo desafio, teórico e prático. Antes de tudo, o mal goza da evidência do fato e esconde-se no mistério da inteligibilidade.

Numa linha mais sociológica, pode-se

erguer gigantesca balança e colocar-lhe nos braços, de um lado, os indícios de plausibilidade, de sentido e racionalidade do mal, e, do outro, aqueles que revelam seu caráter absurdo. Conforme o critério de apreciação, pode-se entender que no final "há males que vêm para bem", que "tudo concorre para o bem dos que amam a Deus" (Rom 8, 28), que "não há noite tão longa que não termine na aurora" (Ch. Peguy). Além do mais, elencam-se razões que desdemonizam o mal: ele pode ser ocasião para a prática do bem, tentação que forja as vontades heróicas e santas como aparece no caso prototípico de Abraão disposto a matar seu próprio filho, o mal de um terremoto como em Kobe pode transformar-se em escola de humanidade e solidariedade, os horrores perversos dos campos de concentração nazista permitiram surgir a esplendorosa e corajosa inocência de Anne Frank etc. Mas, às vezes, de maneira cínica, vê-se no mal da pobreza o bem da caridade assistencialista, nos vícios privados benéficos públicos, nas doenças fortuna para a indústria farmacêutica, na violência pela vida a seleção purificadora do mais forte etc.

Contudo, essas e outras razões nunca desvendarão o "mistério" do mal, do sofrimento. Ele manterá sempre o sabor amargo da injustiça, da dor. Golpeará violentamente inocentes e poupará, em muitos casos, ou, pelo menos, aparentemente, a vilões. E o próprio grito diante da injustiça é sofrido. Quem, há pouco, ouviu o clamor inocente de 1.600 crianças diante de 2.000 soldados, vestidos de guerra, em nome do cumprimento da "justiça" para integrar as terras ocupadas pelos sem-terra em Getulina (São Paulo), sofreu da mesma dor de outra justiça. A justiça dói, sobretudo quando a desumanidade se faz vestir da legalidade justificada.

Este caminho de apontar traços de bem advindos do mal, usado por uma apologética prática, tem amainado as inquietações de muitos corações. Mas deixa de lado a questão teórica, metafísica mais profunda.

Em busca de uma solução mais teórica, a aporia do mal encontra alguma luz numa reflexão metafísica da condição de criatura, de ser finito.

A origem última do mal é o fato de ser finito, criado e, portanto, de não ser Deus. Olhando o mal físico, Teilhard escrevia que a finitude na natureza é a raiz deste mal. Pensa-o numa perspectiva evolutiva como "mal de crescimento", "mal de desordem e fracasso". Vale desse mal físico, a afirmação apodíctica de J. Monod: "O preço da

vida é a morte". O "bem da vida" com o surgir da primeira molécula viva implica necessariamente o mal da morte. É a própria condição de vida que pede a morte, para que a vida possa continuar existindo.

Basta lembrar aquela historieta dos habitantes de uma ilha que pediram aos deuses a imortalidade. Tendo-lhes sido concedida, entregaram-se, num primeiro momento, às maiores alegrias. Mas, pouco a pouco, a imortalidade tornou-lhes a vida insuportável: todos queriam ir para tal ilha e já não havia lugar, depois de séculos de vida não se aguentava mais ouvir as mesmas piadas, os mesmos discursos, os mesmos sermões, conviver com os mesmos esposos/as etc. Terminam pedindo de novo a morte. Simone Beauvoir, no seu romance "Todos os homens são mortais", mostra o terrível mal da morte como condição de possibilidade do maior bem humano, o amor.

E o mal moral? Também ele revela a finitude da liberdade humana que na sua imperfeição praticará o mal. "O mal tem sentido como mal precisamente porque é obra da liberdade" (P. Ricoeur). Numa palavra: a necessidade fáctica do mal se explica pelo ser do espírito finito, como seu fundamento de possibilidade (K. Hemmerle).

Aqui se cala o pensamento humano filosófico. As religiões tentam ir mais longe. E o cristianismo ousou a resposta mais avançada. Antes de tudo, assumiu o mundo existente com todas as suas realidades de mal, tanto do mal físico e quanto do mal moral responsável. E perguntou-se: Que Deus tal mundo espera? Um que saiba, possa e queira ressuscitar e perdoar, porque ele próprio incorporou o mal na sua carne. Assim o sentido do mal se ilumina a partir da própria realidade do Verbo Divino feito carne, que assumiu na sua humanidade o mal físico da dor e sofreu na sua vida os impactos terríveis do mal moral: a traição do amigo, o ódio do próprio povo, a injustiça das autoridades mais sagradas do seu tempo, a vingança dos adversários, a violência contra a inocência. E ao levar a experiência do mal até o extremo de uma morte violenta e injusta, revelou com sua vida ressuscitada para além da morte o último e definitivo sentido do mal: sua derrota face ao poder amoroso, perdoante e vivificador de Deus.

J. B. Libânio é professor de Teologia do Centro de Estudos Superiores da Companhia de Jesus do Brasil.

Duelo entre o bem e o mal

Passagem extraída do romance "A peste" de Albert Camus

"O padre fez o seu segundo sermão num dia de grande ventania. Para dizer a verdade, a assistência era menos numerosa que por ocasião do primeiro sermão. É que esse gênero de espetáculo já não tinha para os nossos concidadãos a atração da novidade. Nas circunstâncias difíceis que a cidade atravessava, a própria palavra "novidade" tinha perdido o seu sentido.

(...)

No entanto, a sua voz tornou-se pouco a pouco mais firme. Começou por lembrar que a peste estava entre nós há longos meses e que agora que a conhecíamos melhor, por a termos visto tantas vezes sentar-se à nossa mesa ou à cabeceira dos que nos eram queridos, caminhar ao nosso lado ou esperar a nossa chegada aos lugares de trabalho, agora, portanto, poderíamos talvez receber melhor o que ela nos dizia sem descanso e que talvez, com a primeira surpresa, não tivéssemos escutado bem. O que o padre Paneloux já pregara no mesmo lugar continuava verdadeiro - ou era essa, pelo menos, a sua convicção. Ou talvez ainda, como acontecia a todos, e batia no peito, ele o tivesse pensado e dito sem caridade. O que continuava verdadeiro, entretanto, era que em tudo, e sempre, havia qualquer coisa a reter. A provação mais cruel era ainda benefício para o cristão e justamente o que o cristão, neste caso, devia procurar, era o seu benefício e de que era ele feito e como podia encontrá-lo.

Neste momento, à volta de Rieux as pessoas pareceram enterrar-se entre os braços de seus bancos e instalar-se o mais confortavelmente que podiam. Uma das portas almofadadas da entrada bateu suavemente. Alguém se deu ao trabalho de segurá-la. E Rieux, distraído por esta agitação, mal ouviu Paneloux que retomava o sermão. Dizia, mais ou menos, que não se devia tentar explicar o espetáculo da peste, mas sim tentar aprender o que com ele se podia aprender. Rieux compreendeu confusamente que, segundo o padre, nada havia a explicar. O seu interesse fixou-se quando Paneloux disse vigorosamente que havia coisas que se podiam explicar em relação a Deus e outras que não se podiam. Havia, certamente, o bem e o mal e, geralmente, as pessoas sabiam explicar facilmente o que os distinguia. A dificuldade começava porém no interior do mal. Havia, por exemplo, o mal aparentemente necessário e o mal aparentemente inútil. Havia Dom Juan mergulhado nos Infernos e a morte de uma criança. Pois, se é justo que um libertino seja fulminado, não se compreende o sofrimento de uma criança. E, na verdade, nada havia de mais importante sobre a Terra que o sofrimento de uma criança e o horror que esse sofrimento traz consigo e as suas razões que é preciso descobrir. No resto da vida, Deus nos facilitava tudo e, até então, a religião não tinha méritos. Aqui, pelo contrário, ele encostava-nos contra a parede. Estávamos assim sob as muralhas da peste e era à sua sombra mortal que era necessário encontrar o nosso benefício. O padre Paneloux chegava até mesmo a recusar as oportunidades que lhe permitissem escalar a muralha. Ter-lhe-ia sido fácil dizer que a eternidade das delícias que esperavam a criança podiam compensar o seu sofrimento, mas, na verdade, ele nada sabia. Quem podia afirmar que a eternidade de uma alegria podia compensar um instante da

dor humana? Não seria um cristão, certamente, cujo Mestre conheceu a dor nos membros e na alma. Não, o padre continuaria encostado à muralha, fiel a esse esquiteamento de que a cruz era o símbolo, diante do sofrimento de uma criança. E diria sem temor aos que o escutavam nesse dia, "meus irmãos, chegou a hora. É preciso crer em tudo ou tudo negar. E quem, dentre vós, ousaria negar tudo?"

Rieux mal tivera tempo de pensar que Paneloux beirava a heresia e já o outro recomeçava, com veemência, para afirmar que esta injunção, esta pura exigência, era o benefício do cristão. Era, também, a sua virtude. O padre sabia que o que havia de excessivo na virtude de que ia falar chocaria muitos espíritos habituados a uma moral mais indulgente e mais clássica. Mas a religião do tempo da peste não podia ser a religião de todos os dias e, se Deus podia admitir, e mesmo desejar, que a alma repouse e se rejubile nos tempos de felicidade, desejava-a excessiva nos excessos da desgraça. Deus concedia hoje às suas criaturas a graça de colocá-las numa desgraça tal que lhes era necessário reencontrar e assumir a maior virtude que é a do Tudo ou Nada.

Um autor profano, há muitos séculos, pretendia revelar o segredo da Igreja, ao afirmar que não havia Purgatório. Subentendia, assim, que não havia meias medidas, que só havia o Paraíso e o Inferno, e que só se podia ser salvo ou condenado, segundo o que se tinha escolhido. Era, na opinião de Paneloux, uma heresia que só podia nascer no seio de uma alma libertina. Pois existia um Purgatório. Mas havia épocas, sem dúvida, em que não se podia contar muito com esse Purgatório, havia épocas em que não se podia falar de pecado venial. Todo pecado era mortal e toda indiferença, criminosa. Tudo ou nada.

Paneloux deteve-se e Rieux ouviu melhor, nesse momento, debaixo das portas, as lamúrias do vento que parecia redobrar lá fora. Nesse instante, o padre dizia que a virtude da aceitação total de que falava não podia ser compreendida no sentido restrito que lhe era habitualmente atribuído que não se tratava da banal resignação, nem mesmo da difícil humildade. Tratava-se de humilhação, mas de uma humilhação consentida pelo humilhado. Sem dúvida, o sofrimento de uma criança era humilhante para o espírito e para o coração.

Mas exatamente por isso era necessário passar por essa prova. Era por isso - e Paneloux afirmou ao seu auditório que o que iria dizer não era coisa fácil - era preciso querê-la, porque Deus a queria. Só assim o cristão nada se pouparia e, com todas as saídas fechadas, iria ao fundo da escolha essencial. Escolheria crer em tudo, para não ficar reduzido a tudo negar. E como as boas mulheres que nas igrejas, neste momento, ao saber que os tumores que se formavam eram o caminho natural por onde o corpo rejeitava a infecção, diziam: "Meu Deus, dai-nos tumores", o cristão saberia abandonar-se à vontade divina, ainda que incompreensível. Não se podia dizer: "Isso eu compreendo, mas aquilo é inaceitável", era preciso agarrar-se avidamente a este inaceitável que nos era oferecido, justamente para que fizéssemos nossa escolha. O sofrimento das crianças era o nosso pão amargo, mas sem esse pão, nossa alma pereceria de fome espiritual. "